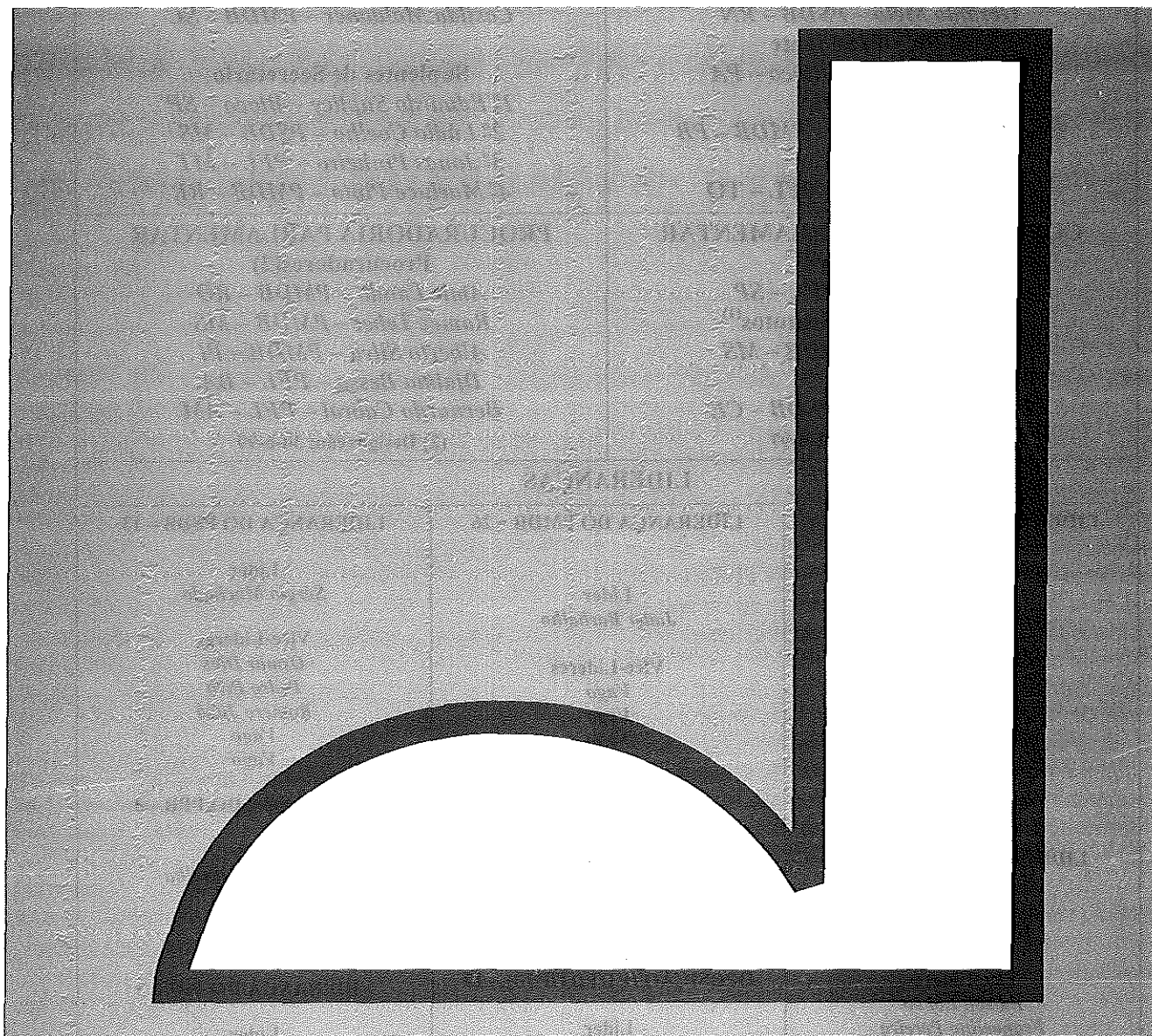


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - Nº 176

TERÇA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 1999

BRASÍLIA-DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário 1º <i>Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> 2º <i>Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> 3º <i>Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> 4º <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeleitos em 2-4-97</p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB) – 13</p> <p>Líder <i>Marina Silva</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 13</p> <p>Líder <i>Sérgio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 3</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p>Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Líder <i>Arlindo Porto</i></p>

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudlonor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL A REALIZAR-SE NO DIA 10 DE NOVEMBRO, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA A COMEMORAR O SESQUICENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE RUI BARBOSA.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 155ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE NOVEMBRO DE 1999

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 205, de 1999 (nº 1.649/99, na origem), de 4 do corrente, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao terceiro trimestre de 1999, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. À Comissão de Assuntos Econômicos..... 30111

Recebimento do Aviso nº 38, de 1999, de 4 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 791, de 1999, referente à Resolução nº 125, de 1999-TCU, que altera a Resolução nº 77, de 1996, e revoga a Decisão Normativa nº 26, de 1992, para dispor sobre os procedimentos aplicáveis às solicitações feitas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por comissões técnicas ou de inquérito, no âmbito do Tribunal de Contas da União (TC nº 006.337/99-6)..... 30111

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR *BERNARDO CABRAL* – Comentários à entrevista concedida pelo general

Luís Gonzaga Lessa, Comandante Militar da Amazônia, ao jornal *Tribuna da Imprensa*, edição de 1º de novembro, sobre a cobiça estrangeira na Amazônia..... 30118

SENADOR *NABOR JÚNIOR* – Considerações sobre o "Projeto Cidadão", no Acre, que presta assistência gratuita à população carente, oferecendo serviços de saúde, cartorial e alimentar. 30126

SENADOR *TIÃO VIANA* – Análise de pesquisa sobre o uso de drogas pelos estudantes dos cursos de medicina em São Paulo..... 30127

SENADORA *EMILIA FERNANDES* – Necessidade de política educacional para jovens delinquentes. 30130

1.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 606, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que transfere para o Governo do Distrito Federal as ações pertencentes à União da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, e dá outras providências. Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa. 30134

Projeto de Lei do Senado nº 607, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que isenta taxistas do pagamento de IPI, e dá outras provi-

dências. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.....	30135	ras e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.	30145
1.2.4 – Leitura de requerimento		1.3 – ENCERRAMENTO	
Nº 684, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 1999, de sua autoria, a fim de aguardar o recebimento de outra proposição sobre a mesma matéria. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	30136	2 – RETIFICAÇÃO	
1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)		Ata da 152ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 3 de novembro de 1999 e publicado no <i>Diário do Senado Federal</i> do dia subsequente.	30147
SENADOR ADEMIR ANDRADE – Críticas à mídia e à ausência de ética no jornalismo brasileiro.	30136	3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR LAURO CAMPOS – Satisfação a seus eleitores sobre rumores relativos a sua saúde. Relato do poema do ex-Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, dirigido ao Presidente da República, intitulado: "Não te Apequenes, Fernando".	30138	Nº 2.277, de 1999.	30148
SENADOR LUIZ ESTEVÃO – Retomada do Crédito Educativo pelo Ministério da Educação com abertura de mais 30 mil vagas voltadas para estudantes de menor renda. Medidas adotadas pela área econômica do Governo, que trazem mudanças no perfil de financiamento da dívida interna.	30141	Nº 2.278, de 1999, referente ao servidor Marden Nascimento Costa.	30149
SENADOR ERNANDES AMORIM – Protesto contra a portaria do Ministério da Reforma Agrária prejudicial à região amazônica.	30144	Nº 2.279, de 1999, referente ao servidor Paulo Roberto F. de Carvalho.	30150
1.2.6 – Comunicação da Presidência		Nº 2.280, de 1999, referente ao servidor Sandro Masanori Tutida.	30151
Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 ho-		Nº 2.281, de 1999, referente ao servidor Roberto Gonzaga Silva.	30152
		Nº 2.282, de 1999, referente ao servidor José Alfredo Lira da Silva.	30153
		Nº 2.283, de 1999, referente ao servidor Marcus Vinícius Pessanha Gonçalves.	30154
		Nº 2.193, de 1999. (Republicação).....	30155
		Nº 2.234, de 1999. (Republicação).....	30156
		4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 155ª Sessão Não Deliberativa em 8 de novembro de 1999

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Geraldo Melo, Ademir Andrade, Carlos Patrocínio e Luiz Estevão

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 205, de 1999 (nº 1.649/99, na origem), de 4 do corrente, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao terceiro trimestre de 1999, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu o Aviso nº 38, de 1999, de 4 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 791, de 1999, referente à Resolução nº 125, de 1999-TCU, que altera a Resolução nº 77, de 1996, e revoga a Decisão Normativa nº 26, de 1992, para dispor sobre os procedimentos aplicáveis às solicitações feitas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por comissões técnicas ou de inquérito, no âmbito do Tribunal de Contas da União. (TC nº 006.337/99-6)

É a seguinte a Resolução a que se refere o Aviso:

RESOLUÇÃO N.º 125 /99 - TCU

Altera a Resolução n.º 77/96 e revoga a Decisão Normativa n.º 026/92 para dispor sobre os procedimentos aplicáveis às solicitações feitas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por comissões técnicas ou de inquérito, no âmbito do Tribunal de Contas da União.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, resolve:

Art. 1º. Fica a Seção I do Capítulo VI da Resolução n.º 77/96 acrescida dos arts. 29A, 29B, 29C, 29D, 29E e 29F, com a seguinte redação:

"CAPÍTULO VI

SOLICITAÇÕES, DENÚNCIAS, REPRESENTAÇÕES E CONSULTAS

Seção I (NR)

Solicitações de Membros do Congresso Nacional, de suas Casas e Comissões

Art. 29A. As solicitações feitas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas e por comissões técnicas ou de inquérito têm tramitação preferencial e são consideradas de natureza urgente.

§1º. As solicitações serão classificadas, conforme seu conteúdo, em pedido de vistas e cópias de peças processuais, solicitação de informações e solicitação de realização de auditorias.

§2º. Quando as solicitações se referirem a processos que contenham informações de natureza sigilosa, será proposta a aplicação das vedações previstas no art. 98, parágrafo 5º, e no art. 20 dos Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente.

Art. 29B. Os Deputados Federais e Senadores têm o direito de obter vistas e cópias de peças processuais no âmbito do Tribunal de Contas da União, tornando-se pessoalmente responsáveis pela guarda das informações que lhes foram confiadas.

Parágrafo único. Não serão objeto de informação a identidade do denunciante e os dados protegidos por sigilo bancário ou fiscal.

Art. 29C. São competentes para solicitar informações ao Tribunal de Contas da União:

I – as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

II – Líderes partidários;

III – Presidentes de comissões técnicas e de inquérito; e

IV – Membros da Procuradoria Parlamentar da Câmara dos Deputados.

§1º. Os pedidos de informações sobre trabalhos já realizados e apreciados pelo Tribunal não serão autuados, devendo ser encaminhados à unidade técnica competente para juntada ao respectivo processo.

§2º. Caso a informação solicitada se encontre pendente de deliberação, será informado ao solicitante sobre essa situação, sem prejuízo do pronto atendimento com as informações já disponíveis.

Art. 29D. Os pedidos de vistas, cópias ou informações de que tratam os artigos 29B e 29C desta Resolução serão apreciados:

I - pelo Ministro-Presidente, no caso de matéria já apreciada pelo Tribunal que não seja objeto de recurso;

II - pelo Plenário ou pelo Relator, a critério deste, nas demais situações.

Parágrafo único. O prazo para envio das informações solicitadas será de 30 (trinta) dias, contados de seu recebimento, sendo 20 (vinte) dias destinados aos trabalhos de levantamento efetuados pelas unidades que integram a Secretaria do Tribunal e 10 (dez) dias ao Gabinete do Relator ou à Presidência, conforme o caso.

Art. 29E. São competentes para solicitar a realização de auditorias:

I – Presidente da Câmara dos Deputados;

II – Presidente do Senado Federal; e

III – Presidentes de comissões técnicas e de inquérito, quando por estas aprovadas.

§1º. As solicitações serão autuadas e encaminhadas à Secretaria-Geral de Controle Externo, que, após exame preliminar e emissão de parecer sobre a forma de atendimento à solicitação, encaminhará o processo ao Relator de cuja Lista conste o órgão ou entidade envolvido, no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir de seu ingresso na Secretaria do Tribunal.

§2º. O Ministro-Relator submeterá a solicitação ao Tribunal no prazo de quinze (15) dias, contados a partir de seu ingresso no Gabinete.

Art. 29F. As solicitações de informações que não se enquadrarem no disposto nesta Seção, deverão seguir o preceituado nos §§ 1º e 2º do art. 9º desta Resolução."

Art. 2º. Fica criada, no Capítulo VI da mencionada Resolução, a Seção IA, composta do art. 29G, com a seguinte redação:

"Seção IA

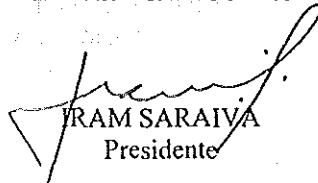
Solicitações de Membros do Ministério Público da União

Art. 29G. Aplicam-se às solicitações originadas do Ministério Público da União, nos termos do art. 26, inciso I, letra 'b', da Lei n.º 8.625/93, e dos demais órgãos com legitimidade para tanto, as disposições contidas nos §§ 1º e 2º do art. 29C, e nos arts. 29D e 29F desta Resolução."

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogados os arts. 30, 31, 32 e 33 da Resolução n.º 77/96 e a Decisão Normativa n.º 026/92.

Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 03 de novembro de 1999.


IRAM SARAIVA
Presidente

AVISO Nº 38, DE 1999

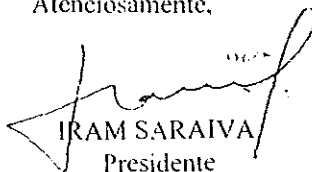
Aviso nº 1098 -SGS-TCU

Brasília-DF, 04 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia da Decisão número 791/99, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Extraordinária-Reservada do Plenário de 03/11/99, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC nº 006.337/99-6).

Atenciosamente,


IRAM SARAIVA
Presidente

A Sua Excelência, o Senhor
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

DECISÃO N.º 791 /99 - TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC n.º 006.337/1999-6
2. Classe de Assunto: VII – Administrativo - Projeto de Resolução que altera a Resolução n.º 77/96 e revoga a Decisão Normativa n.º 026/92 para dispor sobre os procedimentos aplicáveis às solicitações de membros do Congresso Nacional, de suas Casas e comissões no âmbito do Tribunal de Contas da União.
3. Órgão: Tribunal de Contas da União
4. Interessado: Tribunal de Contas da União
5. Relator: Ministro Marcos Vinícios Vilaça
6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Decisão: O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

8.1. aprovar o Projeto de Resolução que altera a Resolução n.º 77/96 e revoga a Decisão Normativa n.º 026/92, na forma da minuta em anexo;

8.2. determinar à Presidência que promova sorteio de Relator para apreciar a proposta de criação da Sala dos Congressistas nas dependências do Tribunal de Contas da União, de autoria do Ministro Adylson Motta, conforme determina o art. 258 do Regimento Interno deste Tribunal;

8.3. juntar cópia desta Decisão, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam ao processo que será constituído para apreciar o Projeto de Resolução referido no subitem anterior;

8.4. enviar cópia desta Decisão, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam às seguintes autoridades:

a) Presidente da Câmara dos Deputados;

b) Presidente do Senado Federal;

c) Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; e

d) Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal;

8.5. arquivar o presente processo.

9. Ata n.º 39/99 – Plenário.

10. Data da Sessão: 03/11/1999 – Extraordinária de caráter reservado.

11. Especificação do quorum:

11.1. Ministros presentes: Iram Saraiva (Presidente), Adhemar Paladini Ghisi, Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça (Relator), Bento José Bugarin, Valmir Campelo, Adylson Motta, Walton Alencar Rodrigues e Guilherme Palmeira.



IRAM SARAIVA
Presidente



MARCOS VINÍCIOS VILAÇA
Ministro-Relator

GRUPO I - CLASSE VII - Plenário

TC-006.337/1999-6

Natureza: Administrativo

Órgão: Tribunal de Contas da União

Interessado: Tribunal de Contas da União

Ementa: Alteração da Resolução n.º 77/96 e revogação da Decisão Normativa TCU n.º 26/92. Disciplina o atendimento de solicitações do Congresso Nacional.

Trata-se de Projeto de Resolução apresentado pelo Ministro Adylson Motta, com fundamento no art. 257 do Regimento Interno deste Tribunal, na Sessão de 26.05.1999, que "Dispõe sobre os procedimentos aplicáveis às solicitações de membros e de comissões do Congresso Nacional no âmbito do Tribunal de Contas da União".

2. Em 02.06.1999, conforme dispõe o art. 258 também do Regimento Interno, fui sorteado Relator do processo que hoje trago à deliberação deste Plenário.

3. Ao apresentar o Projeto, o Ministro Adylson Motta registra a necessidade de regulamentação específica no âmbito do Tribunal acerca do tratamento que deve ser dado às solicitações de informações e trabalhos de auditoria feitas por membros do Congresso Nacional.

4. Os objetivos principais da proposta, de acordo com Sua Excelência, são:

- fixar em norma própria do Tribunal quais as autoridades do Congresso Nacional competentes para solicitar informações e a realização de auditorias; e
- disciplinar o tratamento a ser dispensado às solicitações de membros do Congresso Nacional, especificamente.

5. O Ministro Adylson Motta entende que *"...um Parlamentar, mesmo não exercendo função dirigente nas duas Casas, é detentor de um mandato, uma procuração, no real sentido jurídico do termo, tendo poderes e, mais ainda, o dever, de defender os direitos da sociedade que representa, o que, à evidência, envolve as atividades desenvolvidas nesta Casa, visto que estas atividades têm relação direta com esses direitos."*

À esteira desses fatos, penso que um Congressista deve ter acesso às informações que interessam à sociedade que representa, de forma a poder utilizá-las em defesa dessa mesma sociedade, evidentemente preservados alguns critérios, principalmente no que se reporte a aspectos atinentes ao sigilo. De conseguinte, entendo que deva existir nesta Corte norma que regulamente tais questões e que, inclusive, possibilite essas solicitações por parte dos Congressistas, o que, até o momento, não vejo contemplado em nossos regulamentos".

6. Ao concluir sua justificação, Sua Excelência frisa *"...que a presente proposição teve a preocupação de reunir três pontos, que considero merecem ser enfrentados, máxime pelo momento que atravessamos. O primeiro refere-se à necessidade de regulamentação interna de alguns dispositivos constitucionais e legais, de forma a melhor orientar as possibilidades de atendimento de pleitos encaminhados pelo Congresso Nacional, principalmente os encaminhados por seus membros. A segunda seria a consolidação de normas relativas a essa matéria, que se encontram bastante esparsas, e, por fim, uma atualização dessas mesmas normas, haja vista que a mais específica, que, 'em caráter provisório', regulamentou a matéria - Decisão Normativa n.º 26/92 - é anterior ao atual Regimento Interno"*.

7. Aberto o prazo para apresentação de emendas e sugestões, apenas o Ministro Adhemar Paladini Ghisi encaminhou substitutivos ao Projeto, acompanhados de justificação.

8. O Ministro Adhemar Ghisi observa inicialmente que está em vigor no Tribunal a Resolução n.º 77/96 que *"Estabelece procedimentos para recebimento, autuação e tramitação de processos e papéis no âmbito do Tribunal de Contas da União"*. Não lhe *"parece, assim, ser de boa técnica legislativa que se crie uma nova norma para dar tratamento exclusivo aos papéis originários do Congresso Nacional"*. Por isso propõe que, em vez de se aprovar nova Resolução, apenas se modifique a Seção VI da Resolução já existente.

9. Adotado esse entendimento, somente a criação da Sala dos Congressistas seria objeto de uma nova Resolução (cujo texto foi incluído em seus substitutivos), por se tratar de assunto estranho à Resolução n.º 77/96.

10. Para o Ministro Adhemar Ghisi, os expedientes chegados do Congresso Nacional, ao ingressar no Tribunal, devem ser classificados em função do objeto a que se destinam, de modo a disciplinar de forma mais precisa os procedimentos para seu atendimento. Assim, foi incluída essa classificação no § 1º do art. 30A de seu substitutivo, o que possibilitaria *"além da agilização no atendimento dos expedientes, uma melhor ordenação legislativa a partir dos dispositivos que o sucedem"*. A partir dessa classificação, foram traçadas as diretrizes para o atendimento de cada um dos expedientes.

11. Em sua justificação, o Ministro Adhemar Ghisi pondera que *"as demandas advindas do Congresso Nacional exigem para atendimento, em diversas situações, significativos esforços deste Tribunal. Este, penso, deve ser o limitador para o atendimento das demandas do Parlamento."*

Nesse sentido, vejo que o simples fornecimento de vistas e cópias dos autos não impõe qualquer procedimento extraordinário para este Tribunal. Assim, julguei de bom alvitre deferi-lo a todo e qualquer Parlamentar, no âmbito federal. Observe-se, a propósito, que a partir da edição do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil qualquer advogado tem acesso a processos nos quais sequer atuam em interesse da parte, podendo, inclusive, retirá-los das dependências dos Tribunais! Não vejo como

atribuir-se tais poderes a advogado e não estendê-los a legítimos representantes do povo. Como medida cautelar, prevê o resguardo das informações sigilosas, assim considerados o nome do denunciante e as informações bancárias e fiscais.

Já os requerimentos de auditoria e as solicitações de informações, por exigirem elaboração no seu atendimento com o conseqüente envolvimento de nossa escassa força de trabalho, receberá similar tratamento ao originalmente proposto pelo ilustre Ministro Adylson Motta. Diferentemente de Sua Excelência, contudo, entendo que as auditorias solicitadas, uma vez aprovadas pelo Plenário, devem ser sempre consideradas como prioritárias”.

12. Outra modificação relevante em relação ao projeto original do Ministro Adylson Motta, que previa a audiência prévia das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados, e de Fiscalização e Controle, do Senado Federal, na elaboração do Plano Semestral de Auditoria do Tribunal, foi proposta pelo Ministro Adhemar Ghisi. Sua Excelência optou por excluir de seu substitutivo o dispositivo constante do art. 7º e respectivo parágrafo único do projeto original, “*por considerar que haveria descabida interferência nos trabalhos internos desta Corte em assunto relativo à sua exclusiva competência*”.

13. Finalmente, registra o Ministro Decano desta Corte que “*nas alterações que propus foram obedecidos os dispositivos constantes da Lei Complementar n.º 95, de 26.02.98 (que estabelece regras para a redação e alteração de atos normativos), evitando-se, assim, a remuneração dos dispositivos alterados, bem assim a remuneração das Seções*”.

É o Relatório.

PARECER

A relação entre o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União também se processa na via de colaboração, como deve ser entre órgãos de soberania, cujos estatutos são fixados pela Constituição.

2. Como seria incompreensível a competição entre órgãos soberanos, tem-se como adequado o constante enlace entre essas instituições, cabendo a uma, preponderantemente, o controle político sobre a administração pública, e tocando à outra o controle técnico.

3. Preservada a autonomia intelectual desta Corte, inerente à sua expressão democrática, para decidir sobre a utilização de seus meios na fiscalização pública e, mantida essa relação harmoniosa no plano mais elevado, entendo oportuno tudo que resultar no seu aperfeiçoamento.

4. Considero louvável a iniciativa do Ministro Adylson Motta e concordo com as mudanças sugeridas pelo Ministro Adhemar Ghisi em seus substitutivos, pois contribuem para o aperfeiçoamento do Projeto de Resolução e observam as diretrizes apontadas pelo autor da proposta original de consolidar e atualizar as normas internas existentes sobre a matéria.

5. Ao propor a alteração da Seção VI da Resolução n.º 77/96, em vez de se editar nova Resolução, mantém-se a unidade das informações determinada pelo art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar n.º 95/98, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e a consolidação das leis.

6. Com os fundamentos apontados pelo Ministro Adylson Motta, acolhidos pelo Ministro Adhemar Ghisi e por este Relator, fica ampliado o rol de autoridades competentes para solicitar informações e a realização de auditorias, antes limitado ao que dispõe o art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal.

7. Fica também assegurado aos Deputados Federais e Senadores o direito de obter vistas e cópias de peças processuais no âmbito deste Tribunal.

8. Contudo, a necessidade de se garantir a reserva sobre informações protegidas pelos sigilos bancários e fiscal, bem como a identidade do denunciante, impõe as restrições incluídas nos arts. 29 A e B do projeto, fundamentadas em dispositivos dos Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

9. Acolho, no mérito, em meu Parecer as sugestões do Ministro Adhemar Ghisi e estou de acordo com sua fundamentação. Faço apenas alterações de forma, buscando simplificar, eliminar redundâncias e uniformizar a linguagem de modo a evitar ambigüidades que possam dificultar o

entendimento de norma que deve ser simples e compreensível, conforme determina o art. 11 da Lei Complementar n.º 95/98.

10. Também modifiquei a numeração dos dispositivos de 30 A, B, C, D, E, F, e G, para 29 A, B, C, D, E, F e G, em observância ao art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar n.º 95/98, que dispõe, *in verbis*:

"Art. 12. A alteração da lei será feita:

I – mediante reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável;

II – na hipótese de revogação;

III – nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

- a) não poderá ser modificada a numeração dos dispositivos alterados;*
- b) no acréscimo de dispositivos novos entre preceitos legais em vigor, é vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração, devendo ser utilizado o mesmo número do dispositivo imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos (grifo nosso);*
- c) é vedado o aproveitamento do número do dispositivo revogado, devendo a lei alterada manter essa indicação, seguida da expressão 'revogado';*
- d) o dispositivo que sofrer modificação de redação deverá ser identificado, ao seu final, com as letras NR maiúsculas, entre parênteses".*

11. Com o objetivo de unificar as disposições a respeito da matéria e evitar superposição de normas, em observância à diretriz apontada pelo Ministro Adylson Motta, proponho também revogar a Decisão Normativa n.º 026/92, que *"disciplina, em caráter provisório, as formas e condições em que o TCU prestará auxílio ao Congresso Nacional"*, pois os itens 1 a 6 do seu art. 1º referem-se às solicitações encaminhadas ao Tribunal por membros do Congresso Nacional, objeto do presente Projeto de Resolução, e os demais dispositivos tratam dos pedidos de designação de servidor para assessorar os trabalhos de comissão parlamentar de inquérito, tacitamente revogados pela Resolução n.º 106/98 ao aplicar-se o disposto no art. 2º, § 1º da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro (Decreto-Lei n.º 4.657/42), *in verbis*:

"Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior."

12. No que se refere à criação da Salas dos Congressistas, por se tratar de matéria distinta, a ser aprovada mediante Resolução própria, encaminho a proposta formulada pelo Ministro Adylson Motta à Presidência deste Tribunal, para que esta promova o sorteio do Relator e sejam abertos novos prazos para tramitação, conforme determina os arts. 258 a 269 do Regimento Interno deste Tribunal.

Ante o exposto, meu parecer é no sentido de que o Tribunal adote a Decisão que ora submeto à apreciação deste Plenário.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 03 de novembro de 1999.


MARCOS VINÍCIOS VILÇA
Ministro-Relator

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

S. Ex^a disporá de 20 minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última sexta-feira, eu informei ao Plenário que ocuparia hoje a tribuna, a fim de comentar matéria publicada no dia 1º de novembro no jornal **Tribuna da Imprensa**. O registro feito por aquele órgão significa se não um "furo" de reportagem, pois é o primeiro órgão da imprensa a abordar o assunto, pelo menos uma estréia no assunto de que, há alguns meses, por delegação do Senador Nabor Júnior, tratei desta tribuna. A matéria dizia, àquela altura, da responsabilidade que cabia a nós homens públicos pelas fronteiras da Amazônia na possibilidade eventual, sem que fizéssemos qualquer afirmativa, de um conluio entre guerrilheiros e narcotraficantes.

Eu me lembro, Sr. Presidente, de que o eminente Senador Tião Viana registrou que seu irmão Jorge Viana, Governador do Acre, estava inquieto porque tivera conhecimento de que forças paramilitares atuavam naquela região e nas proximidades.

Sr. Presidente, o título de primeira página da **Tribuna da Imprensa** diz: "Comando da Amazônia denuncia o 'apetite de estrangeiros na região'".

Era exatamente disso que vínhamos tratando, só que a notícia do dia 1º é referente ao comandante militar da Amazônia, General de Exército Luiz Gonzaga Lessa.

A chamada de primeira página já retrata a seriedade com que essa matéria precisa ser abordada. Claro que quando se fala que cresce de todos os lados o desejo da internacionalização da Amazônia não se pode, em nenhum instante, abordá-lo sem a serenidade necessária.

A notícia de primeira página leva o leitor à pág. 5, onde a matéria aparece com o título "Militar denuncia que cresce o apetite externo na Amazônia". Lerei o texto, Sr. Presidente, para me permitir comentá-lo, uma vez que quando nós, Senadores, o abordamos houve determinado articulista que, em matéria um tanto quanto pressurosa, disse que o Senado estava querendo, por intermédio de alguns Senadores, aparecer na mídia com um assunto que requeria precaução. Abordei a matéria escudado pelo material correto que o Senador Nabor Júnior me trouxe. O mérito ficou sendo da dupla e não apenas do orador. Expliquei que o assunto acabaria vindo à tona.

Este, Sr. Presidente, é o texto:

O comandante militar da Amazônia, general Luiz Gonzaga Schröeder Lessa, e o vice-presidente do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres), Coronel Amerino Raposo Filho, denunciaram no Rio o abandono do Programa "Calha Norte", de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, manifestando apreensão com a guerrilha colombiana e pedindo mais ação contra o crescimento do "apetite estrangeiro na região".

A notícia continua com palavras do General Luiz Gonzaga Schröeder Lessa:

"É urgente a implantação de núcleos de ocupação periférica para evitar influências nocivas naqueles vazios populacionais de fronteira.

E, logo a seguir, já de um almirante, registra-se:

O custo é baixo e pode ser ampliada a flotilha da Marinha, levada a Receita Federal, o Ministério da Saúde e Polícia Federal, para intensificar o patrulhamento e a defesa de áreas soberanas do país. Gastou-se muito mais dinheiro patrocinando bancos falidos e banqueiros ricos."

Isso o que disse o Almirante Roberto Gama e Silva, um dos precursores do Programa Calha Norte.

E continua a notícia, Sr. Presidente:

"Eles criticam uma suposta "revitalização" do Programa, contemplado no Plano Plurianual (PPA) 2000/2005, com dotação anual de recursos estimada em R\$800 mil. "É ridícula uma cifra dessa natureza diante da necessidade de defesa da soberania como imperativo da sociedade e não das Forças Armadas naquela região. Pelo volume de recursos se tem a medida clara de que não existe a boa vontade desse governo com a Amazônia e menos ainda com o programa", diz Amerino Raposo Filho."

Trata-se aqui das colocações de dois militares, Sr. Presidente, sem nenhuma conotação político-partidária, sem nenhuma idéia de censurar o Governo, apenas contribuindo para chamar a atenção das autoridades competentes, por ocasião de palestras realizadas no Clube Militar e no Instituto Militar de Engenharia.

Sr. Presidente, o General Lessa, com a sua interferência, deixa caracterizada a sua crescente preocupação com o desprezo do Governo pelos projetos da defesa, soberania, ocupação e desenvolvimento da região.

Quando nós, daquela região, abordamos o Projeto Calha Norte, que se transformou no Programa Calha

Norte, todos, sem exceção, independentemente de qualquer conotação de âmbito político-partidário, fizemos questão de dizer que a nossa idéia, dos Senadores que compõem a região, é a de defesa, por fim, da soberania do País – isto ficou muito claro.

Logo a seguir, nesta mesma notícia:

"O Coronel Amerino Raposo Filho, Vice-Presidente do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres) e aqui está a fotografia do Coronel, assim como a do General na primeira página sustenta que "hoje a situação é desoladora, com os riscos de perda de soberania, invasão territorial e internacionalização de zonas de fronteira para atender a interesses estrangeiros, precisamos de uma ação rápida de Governo e o pronunciamento direto em resposta às acusações feitas ao País por entidades multinacionais. Parece que a opção do Governo é pelas ONGs estrangeiras, especialmente as inglesas."

Segue dizendo que:

"Várias lideranças governamentais estranhas ao Brasil querem impor o conceito de soberania limitada na Região Amazônica. Isso é um desastre" – diz o coronel. "O País já fez defesas históricas naquela área desde 1835, quando os Estados Unidos tentaram incorporar parte do território para colocar os negros que lhes estavam criando problemas", lembra o Vice-Presidente do Cebres.

Estas duas matérias foram como que seqüência daquelas que, num pronunciamento recente, fizeram os Senadores que representam a região.

De outro lado, o próprio Jornalista Carlos Chagas, Sr. Presidente, que é insuspeito porque não faz parte de nenhuma organização político-partidária, Professor de Ética da Universidade de Brasília, escreveu, na mesma época, portanto, há uma semana, um artigo, como lhe é habitual, na **Tribuna da Imprensa**, com o título *O Banquete da Amazônia*, cuja inserção nos Anais da Casa vou solicitar, Sr. Presidente.

Ele começa o artigo dizendo:

O Presidente Fernando Henrique foi honrado com um convite para participar, em Florença, da próxima reunião dos Sete Grandes, das decisões globalizantes que assolam o Planeta neste final de milênio. A razão do chamamento é "discutir parcerias relativas às florestas amazônicas, inclusive pesquisas científicas."

Logo a seguir, com o subtítulo "Ainda caem nessa história?", observe, Sr. Presidente, o que diz Carlos Chagas:

Os pretextos, é claro, encantam. Querem os donos do mundo oferecer abatimento em nossa dívida externa desde que nos comprometamos a abrir-lhes nossas florestas. Dizem que é para o bem da Humanidade, para a preservação do patrimônio que também queremos preservar. Mas, para eles, preservar significa conquistar, imobilizar e não permitir, de nossa parte, qualquer exploração econômica, em nome do oxigênio que é produzido de dia e substituído por dióxido de carbono à noite.

E, com todas as letras, diz Carlos Chagas:

O objetivo final é internacionalizar, retalhar e loqueletar-se depois, não só com a riqueza da fauna e da flora ou do subsolo, mas, em especial, com a água que vai faltar em breve na maioria dos continentes.

V. Exª sabe, Sr. Presidente, que há dois anos eu trouxe, com toda modéstia, um livro, com quase 600 páginas, de minha autoria, intitulado: *Direito Administrativo: Tema Água*, chamando a atenção do nosso povo para essa matéria, que me reservo para outro discurso, haja visto não ser o caso agora.

Logo a seguir, diz Carlos Chagas:

De tabela, ainda, incentivarão "pesquisas científicas", eufemismo para tirar proveito do tesouro vegetal, capaz de substituir, com vantagem, boa parte dos medicamentos ortodoxos, já que a Medicina natural é mais barata e mais eficaz.

E, logo a seguir, ele fala sobre como vêm as autoridades lá fora sustentando a soberania relativa do Brasil sobre a Amazônia, concluindo, Sr. Presidente, com estas indagações – e lembro a V. Exª que, no começo, Carlos Chagas fala que o Presidente da República foi convidado para participar, em Florença, dessa reunião dos Sete Grandes:

"Reagirá o Presidente quando chegar a Florença? Ganhará alguma inspiração de resistência ao cruzar a Ponte dos Suspiros? Entre o Batistério e o Duomo, sentir-se-á como Giovanni Bruno, que foi queimado precisamente ali por discordar dos poderosos?"

E, ainda diz, Sr. Presidente:

Afiar garfos e facas os comensais do banquete onde será servida como sobremesa o que resta da soberania nacional."

E conclui com este adendo:

"Proporão que incompetente seja declarado todo militar que, por teimosia, ainda

dispõe de coragem para protestar contra a internacionalização da Amazônia."

Ao cabo de alguns meses, repetimos e bate-mos, mas as pessoas pareciam fazer ouvidos de mercador, como se isso fosse apenas a raiva, a santa ira daqueles que são do local, da região e da terra para protestar. E protestar de forma veemente, porque se trata de soberania nacional.

Não se via, em nenhum órgão, à exceção da **Tribuna da Imprensa**, nenhuma linha. No entanto, Sr. Presidente, a revista de maior tiragem no Brasil, ontem, de forma terrível e para mostrar o que está acontecendo ali o que todos nós dizíamos, traz a reportagem "O Brasil Mostra as Garras. Forças Armadas com 5 mil homens, 39 aviões e comandos reagem à ameaça da guerrilha colombiana." Nada além daquilo que eu havia dito na sexta-feira, sustentado pelo Senador Gilberto Mestrinho, que me aparteava, dando notícia exatamente no discurso que está nos Anais da Casa, registrado hoje no **Jornal do Senado**, em que havia, de qualquer forma, uma resistência.

As fotografias mostram exatamente o que falávamos: o Querari, a chamada Cabeça do Cachorro. "Comandos ocupam Querari. Pista é protegida por especialistas em luta na selva. Tucanos chegam atirando sobre alvos na fronteira: 100% de acerto." Logo a seguir, vemos o próprio general, em farda de campanha, às 2 horas e 10 minutos da manhã, saindo com um repórter, Sílvio Ferraz, credenciado da revista **Veja**, exatamente de Querari.

Sr. Presidente, imagine quando cinco milhões de pessoas tomarem conhecimento disto: "Com o uniforme da Infantaria da Selva, índios das tribos tucano, macu, dessano, curipaco, cubeu, guanano e baniua misturam armas modernas com mortíferas zarabatanas. Suas setas, impregnadas com curare nas pontas, matam em três segundos, sem fazer ruído. Técnicas de guerrilha vietcongue foram assimiladas e adaptadas pelo Exército brasileiro às condições da selva amazônica."

Sr. Presidente, não vou ler tudo o que está aqui. Eu não diria que é uma repetição do que nós já dissemos. No entanto, é uma confirmação, no local, das denúncias que a cada instante estamos fazendo: de que querem, sobretudo, tomar conta da Amazônia por meio da internacionalização. Ontem, com o processo da hileia Amazônia; depois, com o Lago Amazônico; a seguir, com as chamadas ONGs; agora, já dizendo que nossa região é patrimônio do mundo.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT - AC) Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL - AM) Ouço o nobre Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) Senador Bernardo Cabral, a Presidência deseja apenas informar que o tempo de V. Ex^a já está esgotado. No entanto, ouviremos os apartes.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT - AC) Sr. Presidente, serei muito breve, até para aproveitar a continuidade e a conclusão de um pronunciamento tão importante para a nossa região, que o eminente Senador Bernardo Cabral faz. Assim, quero apenas prestar a V. Ex^a a minha homenagem e dizer do meu respeito e da minha admiração. Acredito que, pela seqüência, pela insistência e pela ousadia que tem tido a Banca da Amazônia de enfrentar esse assunto como uma verdadeira vanguarda do Brasil, já alcança a possibilidade de uma manifestação oficial do Governo brasileiro. Estou otimista quanto a isso. Na última semana, estive com o Ministro da Defesa, Elcio Alvares, que espontaneamente, ao tratar de um assunto de interesse do povo acreano, afirmou que, durante o Seminário da Amazônia, na próxima semana, teremos a presença de S. Ex^a e a do Ministro Lampreia. Ainda nesta semana, teremos a presença do Senador Gilberto Mestrinho e de um representante do Greenpeace, na Comissão de Relações Exteriores. O Ministro afirma que trará novidades de uma posição talvez inédita do Governo brasileiro, para ser tornada pública, no que diz respeito à defesa e à Amazônia como uma prioridade para o Brasil. Fiquei profundamente esperançoso e entusiasmado. Considero inadiável essa decisão oficial do Governo brasileiro. Gostaria apenas de lembrar um pronunciamento que não merece acréscimos, como o de V. Ex^a, de que a fronteira sul já está resolvida neste País, como disse muito bem o Presidente Sarney, e agora é hora de uma definição imediata do que é a vulnerabilidade da fronteira norte do Brasil. Um exemplo é a operação que o Exército vem fazendo sistematicamente e o que estamos vivendo na ordem do dia da mídia brasileira, o narcotráfico em todas as cidades deste País. Recentemente, conversando com autoridades brasileiras, ouvi que há um temor real de que possamos ser transformados, se não tomarmos medidas duras, na narcocracia, em função dessa influência que está tendo o narcotráfico em toda a Federação brasileira. Acredito, Senador Bernardo Cabral, que há um caminho a seguir, que é exatamente definir a prioridade do controle da fronteira norte do Brasil. Isso porque fica próximo de onde se produz cocaína, na Colômbia, a única área de produção do epadu e ali está a possibilidade de, definido um controle de fronteira, um investimento no homem da Amazônia, este País poder vir a ter muito mais tranqüilidade no combate ao narcotráfico, que

é uma luta que demorará décadas, sem dúvida alguma. Meus parabéns. Encerro, para ouvir a conclusão de um discurso tão importante para nós.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador Tião Viana, vou responder a V. Ex^a tão logo ouça o Senador Gilberto Mestrinho, a fim de cumprir a determinação do Presidente, que já foi benévolo em permitir que eu continue aqui nesta tribuna por mais alguns minutos. Ouço V. Ex^a, Senador Gilberto Mestrinho.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – O Sr. Presidente da Casa sabe que a Amazônia é muito grande. É necessário que os oradores e os apartes tenham um tempo maior para expor as suas idéias, havendo uma certa tolerância com os mesmos, porque essa região ocupa mais da metade do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A tolerância existe, Senador. No entanto, não posso alterar o Regimento.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – V. Ex^a tem razão. Entretanto, o Senador Bernardo Cabral está abordando um assunto que mexe conosco da Amazônia, especialmente com os brasileiros, aqueles que querem um País grande, livre e desenvolvido. Tenho, durante muito tempo, ao longo da minha vida pública, sempre alertado sobre essa matéria. Sou combatido, incompreendido e considerado polêmico por alguns, porque conheço e acompanho toda essa trama nacional, que tem como sede oficial em Grandson, na Suíça, mas a cabeça pensante está em Londres. Inicialmente o Príncipe Phillip, o Duque de Edimburgo, Príncipe consorte, aliado ao ex-nazista, Príncipe Bernard, da Holanda, que, depois do escândalo dos aviões, deixou o grupo.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Inclusive, ele é o Presidente da ONG.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) – Afastou-se do grupo, sendo agora do Clube 1001. Essa trama em relação à Amazônia existe há muito tempo, desde a época em que disputaram o Escudo da Guiana. V. Ex^{as} se lembram de que o próprio Amapá foi invadido e os portugueses foram colocados para fora do território brasileiro. Aquele Escudo da Guiana que abrange a Guiana Francesa, Suriname e a antiga Guiana Inglesa, República da Guiana hoje, parte da Venezuela, que é essa região contestada entre Venezuela e Colômbia, hoje o Estado de Roraima, desperta um grande apetite nesse conglomerado de banqueiros e de controladores de petróleo e do mercado madeireiro, que há muito dominam o mundo – sobretudo no que tange aos minérios – e fazem essa constante

investida em relação à Amazônia com a difusão de notícias falsas. Há pouco tempo, um importante jornal do sul do Brasil que trata de economia dizia que "40 milhões de metros cúbicos de madeira são tirados por ano, ilegalmente, da Amazônia". Ora, 40 milhões de metros cúbicos de madeira equivalem a oito mil navios, de cinco mil metros cúbicos de capacidade – ou seja, grandes navios –, ou 666 navios por mês, ou 22,2 por dia, ou 2,3 por hora. Então, nem guardas de trânsito dariam fluxo aos barcos na Região Amazônica se esse fato fosse verdadeiro. Muitas vezes, essas notícias são divulgadas com participação até do interesse nacional, em busca de verbas do G-7. Sempre que vai ocorrer uma reunião fora do Brasil, em que serão discutidas as possíveis ajudas nessa mendicância nacional, propagam-se informações alarmantes sobre a Amazônia, afirmando que ela está sendo destruída. A própria Nasa já chegou a publicar, com um estardalhaço muito grande, nas televisões do mundo inteiro, o resultado das queimadas na Amazônia, exibindo os campos naturais do Ceará – 2,2 milhões de hectares. Desde que o mar foi expulso de lá, não se sabe por que não nasceram mais árvores ali, embora tenham elas nascido em toda a Amazônia. No entanto, a NASA mostrou esse fato como se fosse resultante da destruição do homem. Depois, viu o equívoco, desmentiu-se, mas não deu a mesma publicidade a sua retratação. Pediu desculpas apenas. E como esse fato não deu resultado, um novo sistema, uma nova estratégia foi desenvolvida para conquistar a Amazônia, primeiramente, pelo esvaziamento da região, começando pelo combate às hidrovias, por meio das ONGs. Isto porque, com as hidrovias, teremos um fluxo de cargas a custo baixo, concorrendo com nossos grãos no mercado internacional, pelo menos de US\$20 a US\$30 mais barata a tonelada. De igual forma, há o combate à política indigenista, com áreas extensas, imensas. Ora, se olharmos o mapa do Brasil, veremos que estamos cercados hoje de áreas indígenas demarcadas, com 9,2 milhões de hectares de fronteira com a Venezuela para quatro mil índios; 8,2 milhões de hectares de reserva para os tucanos – não os tucanos do Partido de V. Ex.^a, mas os tucanos nossos indígenas; mais 8 milhões de hectares no Vale do Javari. Então, todas as nossas fronteiras são futuras nações indígenas. Depois disso, o Governo lança os parques nacionais. Depois, as reservas ecológicas, as reservas ambientais. E com isso a Amazônia vai-se esvaziando. Querem agora fazer os corredores ecológicos de 140km de extensão e não verificaram que no Amazonas há cinco corredores que só de norte a sul somam pouco mais de 800km. Então, o

Amazonas vai ficar totalmente engessado. Fazem isso por quê? Esvaziando, fica mais fácil dominar e é preciso que, efetivamente, um General, vamos dizer, na linguagem vulgar, "macho", resolva tomar providências e fazer a operação que foi da maior importância, ou seja, demonstrar a presença brasileira naquela região, na Cabeça do Cachorro, o ponto nevrálgico da questão da guerrilha colombiana e do instrumento usado como estratégia para a futura invasão de nossa soberania. Assim, Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a está de parabéns. Temos que continuar a nossa luta porque os interesses nacionais são grandes e, infelizmente, as autoridades brasileiras, se não são coniventes, são omissas.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, vou concluir. V. Ex^a foi tolerante, mas digo ao Senador Amir Lando que gostaria de conceder-me a honra de dar-lhe um aparte, mas estou inscrito, amanhã, em segundo lugar; cedo-lhe a vez, permutando com V. Ex^a. Sei que não perco, só tenho a ganhar, porque amanhã V. Ex^a terá um tempo maior para poder comentar sobre o assunto.

Permita-me, todavia, que diga aos eminentes Senadores Tião Viana e Gilberto Mestrinho, cada um na sua técnica de aparte, que é isso que satisfaz a quem é da região. Geralmente, o aparte pode, para alguns oradores, significar a interrupção de um discurso, fazer com que ele perca o fio da meada, mas pode, também, para outros, que é o caso, enriquecer quem está na tribuna não só pelos dados valiosos, mas pela seriedade com que a matéria é abordada. E problema da Amazônia, problema da nossa soberania é de tal sorte notável, que não nos podemos omitir. E sei que a esta luta V. Ex^a também se incorpora, como brasileiro que é.

Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a que determine publicar, na íntegra, estas quatro folhas que eram um complemento do meu discurso de improviso, que não pude fazer, e peço também a transcrição do artigo do jornalista Carlos Chagas, intitulado "Banquete da Amazônia", e desta peça, que foi um furo jornalístico, da **Tribuna da Imprensa**, que trouxe, há quase oito dias, a manchete que já mostrei a V. Ex^a, mas que a TV Senado deverá exibir, denominada "Comando da Amazônia", denunciando o apetite estrangeiro na região, para que conste dos Anais do Senado.

É uma homenagem, Sr. Presidente, mais do que justa, que, tenho certeza, V. Ex^a fará a este seu colega deferindo, na forma regimental, o que ora requeiro a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, O DISCURSO DO SR. SENADOR BERNARDO CABRAL:

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores.

Retorno à Tribuna para, mais uma vez, do governo que volte as vistas e principalmente as ações para a fronteira com nossos países vizinhos, a oeste e ao norte.

Fiz, este ano, duas denúncias graves sobre a interferência de guerrilheiros, ligados ao tráfico de drogas, propriamente chamados de narcoguerrilheiros, no território brasileiro, mais especificamente no Acre, Rondônia e Amazonas. Esses elementos alienígenas pertencem ao Sendero Luminoso e as FARC, grupos guerrilheiros oriundos do Peru e da Colômbia respectivamente.

Alertei de outra vez sobre a atuação desses elementos colombianos na fronteira brasileira, na região chamada de "Cabeça do Cachorro", levando, inclusive, a uma atuação das Forças Armadas Colombiana em território de nosso País, o que gerou protestos veementes das autoridades do Brasil.

Por último, na sexta-feira próxima passada fiz um pronunciamento sobre a ação das Forças Armadas Brasileiras na fronteira do Brasil com a Colômbia, exatamente na região da "Cabeça do Cachorro" e vejo agora, a reportagem publicada em revista de grande circulação no nosso País intitulada "O Brasil mostra as garras", que mais uma vez estou no caminho certo ao alertar, desta Tribuna, o descaso e a pouca importância que o governo tem dado à Amazônia.

Quando iniciei as denúncias sobre a existência de tentativas de expansão de movimentos guerrilheiros para a região de nossas fronteiras, partindo do Peru e da Colômbia, exatamente pelo abandono em que vivem as populações dessas regiões, alguns órgãos de imprensa e até autoridades governamentais, tentaram minimizar os fatos, como se eu fosse alguma "cassandra" ou pior ainda, dado a exageros e alarmes irresponsáveis.

Em todas as ocasiões tive razões, por demais, consistentes para fazê-las, o que foi confirmado tanto pelo Presidente do Peru, sobre o Sendero Luminoso, como agora, pelo General Comandante Militar da Amazônia, sobre a Farc, na reportagem publicada na edição desta semana, pela revista a que me referi.

Não vou me calar nem esmorecer, continuarei a exercer o mandato que o povo amazonense me delegou e que, por certo, contempla a defesa intransigente dos legítimos interesses da Amazônia. Como Senador da República tenho o dever de estar atento aos problemas nacionais e entendo que a defesa da so-

berania do nosso território extrapola os limites do meu estado e envolve a Nação como um todo.

Chamo a atenção das autoridades governamentais para a urgente necessidade de carrear vontades e meios para integrar a Amazônia e não deixar essa responsabilidade somente para as Forças Armadas pois estas já provaram, com sobras, que estão preocupadas com a Amazônia, mas que além de não terem a missão de desenvolvê-la, não têm as condições materiais de arcarem com esse pesado fardo.

Finalmente quero, desde já, antecipar que, por certo, aparecerão notícias e comentários, criticando a atuação das Forças Armadas, alegando que o Brasil está militarizando a Amazônia, contribuindo para a devastação da floresta e até mesmo sacrificando índios, ao utilizá-los como soldados em suas fileiras. Vamos esperar as reações daqueles conhecidos "patrulheiros" da ocupação da Amazônia pelos brasileiros, na tentativa inconfessável de manter a região como um santuário intocável e os habitantes indígenas como espécimes raros e incultos para servirem aos devaneios de pesquisadores sonhadores.

Muito Obrigado.

TRIBUNA

da imprensa

ANO 6 - Nº 15 198
Rio de Janeiro
Segunda-feira, 1 de novembro de 1999

Comando da Amazônia denuncia o 'apetite de estrangeiros na região'

Retomada do Calha Norte é essencial para a soberania

O comandante militar da Amazônia, general Luiz Gonzaga Schröder Lessa, denunciou no Rio de Janeiro que é cada vez maior o interesse estrangeiro sobre a região. O general, que pediu a retomada do Calha Norte, projeto de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, manifestou apreensão com a guerrilha colombiana e cobrou mais

empenho do governo contra o crescimento do "apetite estrangeiro na região". O almirante Roberto Gama e Silva, um dos precursores do Calha Norte, também condenou o abandono em que se encontra o projeto. "Gastou-se muito mais dinheiro patrocinando bancos falidos e banqueiros ricos", disse o almirante. (Página 5)

Procuradores criticam o relatório de Zulaê

Procuradores da República reunidos em encontro nacional no Rio de Janeiro divulgaram na noite de sábado documento com críticas ao relatório da deputada Zulaê Cobra (PSDB-SP) sobre a reforma do Poder Judiciário. Eles alertam para os riscos de ofensa à liberdade de imprensa e de

retrocesso nos direitos humanos que a reforma pode trazer. "Caminha-se para o fim de garantias essenciais à independência funcional dos membros do Ministério Público, assim como do próprio Poder Judiciário", diz o documento entitulado Carta do Rio.

TRIBUNA
da imprensa

Carlos Chagas

O banquete da Amazônia

BRASÍLIA - Quem primeiro alertou foi a querida Hildegard Angel, em "O Globo". O presidente Fernando Henrique foi honrado com convite para participar, em Florença, da próxima reunião dos Sete Grandes, das decisões globalizantes que assolam o planeta neste final de milênio. A razão do chamamento é "discutir parcerias relativas às florestas amazônicas, inclusive pesquisas científicas."

Deve se cuidar o nosso sociólogo, porque o que se prepara é o seu ingresso na cova dos leões. Melhor seria dizer das hienas, porque os chefes de governo dos países ricos estão sempre rindo, mesmo quando devoram algum incauto convidado para a própria ceia, onde será servido como prato principal. O diabo é que não só ele estará no centro da mesa, para ser deglutido, mas todos nós. O Brasil, como nação. No menu, agora, é a vez da Amazônia ganhar o rumo dos aristocráticos estômagos. Depois o Pantanal e todo o resto.

Ainda caem nesta história?

Os pretextos, é claro, encantam. Querem, os donos do mundo, oferecer abatimento em nossa dívida externa, desde que nos comprometamos a abrir-lhes nossas florestas. Dizem que é para o bem da Humanidade, para a preservação do patrimônio que também queremos preservar. Mas, para eles, preservar significa conquistar, imobilizar e não permitir, de nossa parte, qualquer exploração econômica, em nome do oxigênio que é produzido de dia e substituído por dióxido de carbono, à noite. O objetivo final é internacionalizar, retalhar e locupletar-se depois, não só com a riqueza da fauna e da flora, ou do subsolo, mas, em especial, com a água que vai faltar em breve na maioria dos continentes.

De tabela, ainda incentivam "pesquisas científicas", eufemismo para tirar proveito do tesouro vegetal capaz de substituir com vantagem boa parte

dos medicamentos ortodoxos, já que a medicina natural é mais barata e mais eficaz.

Só não vê quem não quer. Há alguns anos, os principais líderes mundiais vêm preparando o espírito da comunidade internacional. De Bill Clinton a Al Gore, do falecido François Mitterrand ao morto-vivo Mikail Gorbachev, sem esquecer a bruxa tornada baronesa, Margaret Thatcher, todos sustentam "a soberania relativa do Brasil sobre a Amazônia". Campanhas estão em andamento, a última delas na forma de um documentário apresentado por um desses fajutos japoneses vendidos aos americanos, que ainda na semana passada a CNN reprisou, apresentando as queimadas em Rondônia, a depredação dos rios e a erosão do solo pelos garimppeiros, mais a pobreza dos caboclos e a pretensa destruição de uma região que, conforme o energúmeno, não nos pertence, mas ao mundo.

Vêm mais concessões por aí?

A gente fica pensando no que vai dar mais essa vilegiatura de Sua Excelência, porque enquanto fica aqui no Brasil, vai cedendo a tudo. Ainda há dias, por conta de novas pressões, determinou ao BNDES financiar 50% da privatização da CESP-Tietê para um grupo norte-americano. Quer dizer: eles compram patrimônio brasileiro, a preço de banana pobre, com dinheiro brasileiro.

Fernando Henrique permitiu, em nome da globalização, a entrega de tudo: das hidrelétricas, do subsolo, das telecomunicações, das siderúrgicas. Agora, chegou a vez da Amazônia, pois uma "parceria", como pretendem, será aquela uma vez celebrada no diálogo do lobo com o cordeiro.

Reagirá o presidente, quando chegar a Florença? Ganhará alguma inspiração de resistência ao cruzar a Ponte dos Suspiros? Entre o Batistério e o Duomo, sentir-se-á como Giovanni Bruno, que foi queimado precisamente ali, por discordar dos poderosos?

Nos corredores da Galeria Del Officio, encontrará forças ao contemplar a estátua do David, aquele que derrotou o Golias?

Ou vai ceder, como tem cedido até agora? Assinará um tratado reconhecendo a soberania relativa e, mesmo sem precisar admitir a presença dos "marines", comprometer-se-á a isolar a imensa área? Desafortunadamente, tudo é possível acontecer, tendo em vista o que já aconteceu.

Afiam garfos e facas os comensais do banquete onde será servida como sobremesa o que resta da soberania nacional. Estão contentes com a campanha movida pelo governo brasileiro contra as Forças Armadas e até poderão incentivar a proposta da demissão por incompetência de nossos oficiais. Com um adendo: proporão que incompetente seja declarado todo militar que, por teimosia, ainda dispõe de coragem para protestar contra a internacionalização da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra, por vinte minutos, ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, tenho reiterado, com frequência, minha dupla preocupação no que diz respeito ao triste destaque recebido pelo Estado do Acre e suas instituições, quando se vêem na mira dos grandes jornais e emissoras de rádio e televisão do País. O Acre é muito mais do que isso; tais escândalos não podem impedir que o acreano mostre sua competência, exija respeito por seu caráter e prove as imensas dificuldades enfrentadas na luta para integrar e desenvolver aquelas regiões fronteiriças.

É certo que, sem a apuração definitiva e cabal de todas as questões, estaremos descumprindo nosso imperioso dever de transparência no tocante aos fatos, cuja gravidade realmente se afigura muito profunda; mas, ao mesmo tempo, devemos resguardar a reputação do bravo e digno povo acreano, que não pode ser vítima de generalizações calcadas na ignorância e na má fé.

Fico feliz e sinto que estou cumprindo minha missão, de representar e defender o povo acreano, quando vejo que essa postura é também adotada por personalidades dignas do maior destaque no cenário estadual, como os membros do Tribunal de Justiça, que, com a parceria de órgãos do Poder Público e entidades não-governamentais, são responsáveis pelo "Projeto Cidadão", uma verdadeira epopéia voltada para o atendimento às necessidades e aos direitos básicos das famílias.

A determinação de que falo está na essência da mensagem que acabo de receber do Desembargador Arquilau de Castro Melo, Coordenador do Projeto, cuja programação prevê uma corajosa e louvável preocupação em assistir aqueles que, dentro das carências agudas de todo o Estado, sofrem redobradamente suas conseqüências.

O ofício firmado pelo Coordenador do "Projeto Cidadão" começa destacando "a necessidade de se divulgar, em nível nacional, as atividades que têm dado certo em nosso Estado, tendo em vista que, salvo exceções, as notícias difundidas a nosso respeito são sempre negativas", acentuando que as atividades do "Projeto Cidadão", neste final de ano, deverão ser concentradas nos municípios de Xapuri, no Vale do Acre, e Cruzeiro do Sul e Marechal Thaumaturgo, no Vale do Juruá – as duas grandes regiões em que se divide o Estado.

A primeira etapa será cumprida no período de 11 a 14 deste mês, na Reserva Extrativista do Alto Juruá, devendo a segunda ocorrer entre os dias 26 e 29, na Reserva Extrativista Chico Mendes, no Vale do Acre. Em ambas, o principal objetivo será o resgate dos direitos de cidadania pelas respectivas comunidades, que serão atendidas com a emissão de documentos básicos, tais como Certidão de Nascimento, Carteira de Identidade, CPF, Carteira de Trabalho, Título de Eleitor, Reconhecimento de Paternidade e até mesmo Certidão de Óbito, nos casos em que os parentes mortos tenham sido sepultados sem essa formalidade.

Além das medidas cartoriais, serão realizadas cerimônias de casamento, audiências de orientação jurídica, e atendimento médico e odontológico, com testes de contaminação por malária, fornecimento de remédios e de vacinas, controle de pressão arterial e aplicação de flúor nos dentes das crianças.

Para que os nobres Senadores de outros Estados tenham uma noção aproximada das dificuldades que terão de ser superadas nessa missão, permitam-me fazer um breve relato do itinerário a ser coberto.

Para atingir a Reserva Chico Mendes, em Xapuri, seus integrantes sairão de Rio Branco de carro, percorrendo 290 quilômetros de estradas, parcialmente pavimentadas, porque seu leito é quase sempre de terra, cheio de buracos, lombadas e, quando tem acostamentos, esses são deveras perigosos. A etapa seguinte será cumprida de barco, subindo o Rio Xapuri, percurso que, dependendo das condições de navegabilidade, consumirá mais umas nove horas.

Para chegar à Reserva do Alto Juruá, a etapa inicial será aérea, no trecho Rio Branco-Cruzeiro do Sul. Depois de cerca de uma hora e meia de viagem em aeronaves comerciais, haverá outro voo, em pequenos aviões, até Marechal Thaumaturgo, seguindo-se um deslocamento fluvial até o entroncamento dos rios Tejo e Breu, sede da citada Reserva.

A meta do "Projeto Cidadão" é, empregando cerca de 80 pessoas, ligadas a mais de 20 instituições públicas e privadas, atender a um público-alvo estimado em 14.000 adultos, adolescentes e crianças – embora, particularmente, eu acredite que os números finais ficarão bem acima dessa estimativa. Afinal, ambas as reservas somam cerca de oito mil famílias, sempre compostas de numerosos integrantes.

O grande obstáculo para que se realize esse trabalho é, realmente, a dificuldade de comunicações viárias e eletrônicas. Afinal, como vimos no roteiro que citei, tanto a Reserva do Alto Acre como a do Alto

Juruá são localidades distantes, de acesso precário, e seus contatos diretos com as outras comunidades se fazem através dos radioamadores.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ao fazer este registro, tive a preocupação de descer a detalhes que Vossas Excelências poderão julgar irrelevantes, face à fartura de comunicações existente nos Estados que representam. Mas, em termos de Acre, o deslocamento de equipes vinculadas às mais diversas atividades de cidadania e atendimento às necessidades elementares de seus habitantes representa uma verdadeira façanha.

O direito elementar de possuir documentos pessoais e familiares, devido a todos os brasileiros, no Acre é algo a ser conquistado com sofrimentos e dificuldades terríveis, superando obstáculos naturais e vencendo o natural desalento de quem se sente abandonado pelos poderosos.

Como vimos, para propiciar ao acreano esse direito elementar, tem de ser montada uma verdadeira operação de estado-maior, combinando corajosos meios de transporte e acionando os mais antigos sistemas de comunicação.

Concluo, Sr. Presidente, registrando nos anais do Senado Federal meus mais efusivos e sinceros cumprimentos ao Coordenador do "Projeto Cidadão", Desembargador Arquilau de Castro Melo, e a todos os demais insígnies membros do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, e fazendo votos de que sua tarefa seja integralmente cumprida, em segurança.

Todos os que dela participarem se tornarão credores do respeito e do reconhecimento da sociedade acreana, que tanto depende, ainda, de atitudes corajosas e pioneiras como essa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Nabor Júnior, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Tião Viana, por até 20 minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, quero relatar uma situação publicada no **Jornal do Brasil**, diário de grande circulação neste País, que me deixou perplexo. Trata-se de artigo especial escrito pela jornalista Izilda Alves para aquele jornal, mostrando o resultado de pesquisas feitas pela USP e pela Universida-

de Federal de São Paulo, cujo título é o seguinte: **Estudantes de Medicina Usam Drogas**. Pesquisas revelam que até 20% dos alunos das 10 principais escolas paulistas consomem de tranqüilizantes a cocaína.

No meio desta situação vivida neste País, em que o narcotráfico se instala e já age como verdadeiro parasita das estruturas públicas – em quase todos os Estados brasileiros por onde passou a CPI do narcotráfico, testemunhou-se o envolvimento de instituições públicas, agora temos essa pesquisa de enorme seriedade, de procedência indiscutível, feita pela Universidade de São Paulo e pela Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal de São Paulo.

Segundo o estudo da USP, 20% dos alunos de Medicina quer dizer, os formadores de opinião do futuro, que cuidarão da saúde do povo brasileiro estão envolvidos com o uso de drogas. Trata-se de uma situação de grande perplexidade. Farei a leitura da matéria e peço que conste dos Anais da Casa. Depois, tecerei alguns comentários.

Pesquisas das duas mais conceituadas faculdades de Medicina do País, a da USP e a da Universidade Federal de São Paulo (UFSP), revelam o consumo de cocaína, maconha, solventes e anfetaminas por estudantes das 10 principais escolas médicas do Estado de São Paulo.

O estudo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), realizado em nove escolas médicas e o mais amplo já feito no País, tem conclusão surpreendente: 20% dos 3.300 entrevistados são usuários de cocaína, maconha, éter, anfetaminas e tranqüilizantes. Já a pesquisa de 1998 da Escola Paulista de Medicina, da UFSP, abrangendo 547 alunos com idades entre 17 e 35 anos, matriculados do primeiro ao sexto ano na EPM, mostra que 16% usam maconha, 18%, éter e benzina e 1%, cocaína.

"Constatamos que os que mais abusam de maconha e solventes são os que praticam esportes", afirma o coordenador do estudo da EPM, o psiquiatra Dartiu Xavier da Silveira Filho.

As duas pesquisas apontam para dois perigos: o do vício e o da aproximação com traficantes. Afinal, não se compra cocaína e maconha em farmácias, como no caso do éter, anfetaminas e tranqüilizantes. Outro fato mostrado pela pesquisa da USP deixa

uma interrogação: 1% dos entrevistados contou ser usuário de cocaína e outras drogas, tomar anfetaminas (substâncias usadas por quem faz regime), que deixam as pessoas "turbinadas", "ligadas" e causam diminuição do rendimento e da atenção. Como a pesquisa foi feita em 1994, fica a pergunta: estariam esses médicos aptos a exercer a profissão? A resposta do coordenador do estudo da USP, psiquiatra Arthur Guerra de Andrade, é clara: "Evidentemente, não".

Interpretando a pesquisa, estamos condenando 20% dos jovens futuros médicos deste País pelo consumo de drogas cocaína, maconha, anfetaminas, derivados do éter.

"Os trabalhos foram coordenados pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos do Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da USP e pelo Programa de Orientação e Assistência a Dependentes do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina. A pesquisa da USP foi realizada na Capital, com alunos da sua faculdade, da Escola Paulista de Medicina, da Santa Casa e da Faculdade de Medicina de Santo Amaro. No interior, em outras cinco escolas médicas: as de Botucatu, de São José do Rio Preto, de Marília, do ABC e da Unicamp – Universidade Estadual de Campinas.

O estudo da USP mostra que o uso de drogas é maior nos últimos anos do curso médico. A preferência pela maconha, especialmente em festas e antes de competições, é maior entre os alunos que estão no quarto, quinto e sexto anos. É preferida por homens que consideram seu desempenho escolar fraco.

Dos 3.300 entrevistados, 60% não souberam explicar os motivos do consumo de drogas; outros 17% declararam consumir drogas por curiosidade; 9%, por diversão ou prazer; 6%, para aliviar tensão e 8% não souberam identificar os motivos. Ao serem perguntados sobre quem os levou ao uso experimental de drogas, apontam os amigos em primeiro lugar e, em segundo, os colegas de faculdade."

Médicos não estão livres de vício.

São Paulo – "Quando alguma coisa passa a ser demais?"

Pergunta o psiquiatra Dartiu Xavier da Silveira Filho, ao se referir a dependências de várias origens: cocaína, alucinógenos, amor, sexo, trabalho e maconha. Falta de limites leva a doenças, cada vez mais estudadas. Pesquisas mostram que "vícios significam fuga de uma realidade insuportável, que não pode ser modificada a não ser alterando a percepção com drogas ou excessos em comportamento do sentimento". Uma necessidade de aliviar tensão da qual não estão livres, revelam estudos, nem mesmo os que estudam suas causas e tratamentos – os médicos.

São várias as respostas quando se pergunta por que alguém que se especializou na arte de curar põe em risco a própria saúde consumindo drogas. "Precisava de muitos tranquilizantes por dia para me acalmar", responde um psiquiatra, que chegou a depender de 20 comprimidos de Lexotan diariamente.

"Cheirava cocaína para me manter acordado", revela o neurologista que cheirava cocaína para experimentar, Virei dependente e quase acabei com a minha vida", confessa o ortopedista que mudou de profissão. "Eu me aplicava morfina para ficar calmo durante as cirurgias", recorda o anestesista que chegou a precisar de oito injeções por dia. "Bebia para relaxar", lembra o cardiologista que chegou a tomar um litro de vodka por noite. (I.A)

Cultura da cura leva ao uso

São Paulo – Psiquiatras entrevistados pelo **Jornal do Brasil**, afirmam que atendem um caso de médico viciado a cada mês. Para Dartiu Xavier da Silveira Filho, o motivo do vício entre esses profissionais está na própria cultura médica. "Os médicos aprendem que tudo pode ser resolvido com remédios", afirma.

Ter medicamentos à disposição também é o argumento do psiquiatra Pablo Miguel Roig, da clínica Green Wood. "Médicos têm à disposição um arsenal que pode mudar a realidade. Como exercem uma profissão que lida com a vida e com a morte, podem se sentir tentados a utilizar esse artifício em proporções exageradas".

Da mesma opinião é o psiquiatra Saulo Castel, da Escola Paulista de Medicina.

"Em geral, os médicos não revelam os motivos. Contam que um dia usaram a droga porque estavam cansados, deprimidos. Então, por terem acesso fácil, passaram a usar regularmente."

Por lidar com os limites da existência, médicos são como Deuses, de quem sempre se espera o milagre da cura. A tensão constante leva o stress, alguns não agüentam e passam a buscar refúgio nas drogas. Não são muitos os que preferem esse caminho. Mas as exceções surpreendem por serem exatamente eles os que melhor conhecem os riscos do vício. Os depoimentos dados ao **JB** por médicos viciados que conseguiram se recuperar confirmam esse diagnóstico. (IA).

Sr. Presidente, essa situação deixa-me estarecido. Na condição de médico, assim como V. Ex^a, não consigo imaginar como um jovem viciado em drogas possa ser um profissional de Medicina, capaz de colocar em suas mãos a decisão sobre a vida humana.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Senador Tião Viana, também fiquei perplexo quando li a pesquisa. De cada cinco estudantes de Medicina de São Paulo – curso que, pela própria natureza, lhes dá pleno conhecimento dos riscos das drogas –, um é dependente de algum tipo de droga. Tal estatística dispensa palavras, deixa-nos não só estarecidos, como enormemente preocupados com a extensão do uso de narcóticos no País. Para onde estamos indo? O que podemos fazer? Receba, portanto, minha solidariedade com a sua preocupação, que, assim como a do Senador Carlos Patrocínio, que preside esta sessão, deve ser maior que a minha, pois ambos são médicos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Jefferson Péres, incorporo esse sentimento de solidariedade e de apreensão de V. Ex^a. Além de estarecido e perplexo com a situação que a pesquisa aponta, fiquei profundamente triste, porque imagino que futuro pode ter este País, com 20% dos médicos – que têm papel destacado na sociedade, pela suas opiniões, pelo seu posicionamento social, pela sua influência na cultura e no comportamento das comunidades – sendo usuários de drogas.

Imagino uma mãe grávida na hora de trabalho de parto, precisando do atendimento de um médico e

sendo socorrida por um profissional sob efeito de cocaína. Como fica o acompanhamento de uma criança na vida intra-uterina, quando a mãe precisa de um médico para conduzir o parto, e este encontra-se drogado? Como fica um doente que necessita de reanimação cardiopulmonar ao chegar à emergência de um hospital de pronto atendimento e ser atendido por um médico que dispõe apenas de dois ou três minutos para raciocinar e assumir uma conduta objetiva para ter êxito em favor da vida humana e está sob efeito de droga, de cocaína?

Essa situação deixa-me profundamente preocupado. Acredito que essa pesquisa possa ser extensiva a outras representações de universitários deste País, que estarão também conduzindo o destino do Brasil num futuro muito breve.

Como ficamos, numa hora em que o Brasil inteiro dá um grito contra a droga e defende uma operação como a Mãos Limpas da Itália, se tivermos 20% da nação brasileira envolvida com o uso de drogas – caso essa pesquisa abranger outros cursos superiores? É uma situação preocupante.

Os Ministérios da Educação, da Saúde e da Justiça têm o dever de tomar uma posição imediata e de definir um grupo de estudos para tomar medidas. A situação atual não permite demora na decisão e no acompanhamento. É tão especial o caso de estudantes de Medicina envolvidos em drogas que não se trata de convencer, de educar, de promover estímulos para que deixem as drogas. Para evitar certas situações, que não ocorrem somente por influência da droga – nesse caso do Morumbi, por exemplo, já havia um componente subjacente –, é fundamental que as escolas médicas deste País estabeleçam ações mais decisivas. É incompatível com a continuidade de um curso da área médica quem esteja dependente ou seja usuário de droga, como no caso da cocaína, Sr. Presidente. A expulsão sumária deve ser um componente disciplinar das escolas médicas para qualquer jovem que esteja envolvido com a utilização de drogas neste País. Não se pode admitir que esses jovens possam chegar a uma condição de sextuanistas, de concluintes de um curso, sem que o seu equilíbrio psicossocial e a contribuição que devem ter no futuro tenham sido averiguados.

O caso do estudante que cometeu o assassinato no Morumbi demonstra a fragilidade do acompanhamento das escolas médicas. Se tivéssemos escolas médicas atentas, acompanhando o comportamento psicossocial de seus estudantes, seguramente aquele estudante não teria chegado ao sexto ano de faculdade e não estaria a quarenta dias de receber

um diploma de médico, sendo dependente de drogas e com um componente de comportamento que o impediria de ser um profissional médico neste País.

Aliado a um descuido das escolas médicas, o tráfico de drogas chega à porta das Faculdades de Medicina influenciando 20% dos seus estudantes. Faço um apelo para que os Ministérios da Educação, da Justiça e da Saúde tomem providências efetivas e achem uma solução, juntamente com a sociedade brasileira, para que se evite esse tipo de situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra à Senadora Emília Fernandes por 20 minutos.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem dúvida, o tema que nos preocupa neste momento e nos traz à tribuna nesta tarde é aquele que causa inquietação em todos os Parlamentares desta Casa e em toda a sociedade brasileira, que, a cada dia, se manifesta, de uma forma ou de outra, cobrando dos seus governantes e representantes alguma medida que saia da retórica e que realmente parta para a ação prática, construtiva e consistente em relação às novas gerações e às oportunidades de futuro para este País, com um presente garantido.

A violência tomou conta não apenas dos órgãos que deveriam trabalhar e aperfeiçoar o comportamento dos jovens levados à delinquência, como a Febem, como do dia-a-dia das famílias brasileiras, das escolas do nosso País e de todas instituições.

A violência verificada na Febem de São Paulo nos últimos dias não pode ser tratada nos limites da instituição ou do universo dos jovens nela internados. Os fatos ali registrados apontam sem dúvida para uma realidade que exige uma profunda análise de todos nós, da sociedade e dos nossos governantes.

A extrema violência das rebeliões é apenas a ponta do **iceberg** de uma crise social, econômica e moral que atinge o conjunto do País. É, portanto, responsabilidade de todos nós reverter essa situação. Antes de mais nada, sem que isso justifique qualquer tipo de crime, é preciso destacar que as rebeliões intensificam-se a cada dia com o aumento da crise por que passa o País, do ponto de vista econômico, moral, social, com o desemprego e a intranquilidade que atinge os chefes de família e, conseqüentemente, os nossos jovens, muitos sem expectativas de um futuro melhor.

Não é por acaso que as manifestações mais radicalizadas ocorrem em São Paulo, onde o desem-

prego explodiu nos últimos meses a marca dos 20%, significando cerca de um milhão e novecentas mil pessoas sem trabalho, um caldeirão que fomenta a violência nas ruas e esquentando a panela de pressão em que se transformaram as instituições que abrigam adolescentes, adultos, homens e mulheres infratores.

As rebeliões, é certo, também desnudaram o descumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a falência das formas de atendimento aos jovens nas casas da Febem, não apenas em São Paulo mas em todo o País. É evidente que amontoar jovens sem qualquer tipo de critério apenas contribui para potencializar a violência da reclusão e da falta de perspectiva social. A internação, quando verdadeiramente necessária, deve contar com políticas de recuperação, incluindo, de forma especial, a educação, a preparação profissional e o lazer.

As rebeliões na Febem, por outro lado, ocorrem paralelamente ao crescimento da violência nas escolas – públicas, em especial – também de forma mais intensa no Estado de São Paulo. E há outros tipos de crime, particularmente assaltos, envolvendo parcelas importantes da juventude, com forte incidência nos grandes centros urbanos. Segundo dados da Unesco/Instituto Ayrton Senna, entre 1979 e 1996, o número de mortes violentas entre jovens dobrou, saltando de 12.200 para aproximadamente 24.400 ocorrências.

O tema está na pauta dos meios de comunicação. O jornal **Estado de S. Paulo**, do dia 5 de novembro último, publicou matéria de João Mellão Neto, em que o jornalista se reporta ao livro de um escritor italiano do século XVIII. Já nesse tempo, o autor alertava para o tratamento e o cuidado que os jovens deveriam ter. Dizia: "O castigo, enfim, só se justificava em razão de sua utilidade social, não sendo válido nenhum outro pretexto para convalidá-lo. Se, para um ladrão, a pena for a mesma que para um homicida, se, para um reincidente, a pena for igual à de quem pratica o crime pela primeira vez, o que impedirá os criminosos de delinquir novamente?"

Escreveu o jornalista: Exumamos Beccaria de seu jazigo tão-somente para alertá-lo de que urge ser republicada a sua obra. Muitos dela já se esqueceram ou nem sequer a leram e, em especial, no caso da Febem, que nos atormenta, os seus mais elementares fundamentos estão sendo ignorados."

O jornalista faz um paralelo entre essa obra do século XVII e o que está ocorrendo agora, o que significa dizer que o diagnóstico das conseqüências há muitos anos vem sendo discutido, mas as causas, a forma, o tratamento adequado ainda não vêm sendo

aplicados. Diz mais: "A Febem não pode ser tratada, apesar de ser também causa do inevitável fruto da desigualdade social." Temos consciência de que esses problemas se acentuam, mas, se a instituição fosse trabalhada devidamente, não estaríamos assistindo ao que, recentemente, aconteceu na Febem de São Paulo.

Não podemos esperar que a sociedade se torne mais justa, afinal o Terceiro Milênio está próximo e o que foi feito? O problema da Febem é grande, mas não é tão gigantesco que não possa ser resolvido se estivesse realmente no centro da pauta de decisão e de modificação, e não apenas continuar como está, atacando somente quando tudo explode, como no episódio de São Paulo.

E, por causa dos últimos e bárbaros motins, as autoridades estão deixando de lado o discurso retórico, por um outro mais racional e construtivo.

O que já sabemos sobre a Febem?"

O jornalista faz todo um enunciado da importância da reeducação, da reintegração, de um modo efetivo e necessário, descentralizando o atendimento desses jovens em unidades menores. Também chama a atenção para a necessidade do calor humano a ser transmitido a esses jovens, mencionando a importância das aulas profissionalizantes, do atendimento médico, da assistência psicológica e da descentralização, para que os menores tenham consciência de que o retorno deles a suas comunidades é desejado. A importância do regime de liberdade semi-aberta, em prisões albergues, onde os menores fossem recolhidos à noite, mas que, durante o dia, pudessem frequentar escolas, preparando esses jovens e lhes mostrando que a vida do lado de fora da Febem tem os seus atrativos a partir do valor e do respeito dos adultos pela nossa juventude. Também chama atenção para o custo de um jovem hoje na Febem, comparando ao que poderia ser feito com esse valor se o internado estivesse, realmente, sendo preparado para exercer sua cidadania inserido na sociedade, resgatando principalmente a sua auto-estima. Ainda alerta: "O sistema não educa nem garante o isolamento dos indivíduos nocivos à sociedade. Quando muito, dá-lhes uma bolsa de estudos para se especializarem ainda mais no crime."

O problema Febem, sem dúvida, afeta todos nós, cidadãos. A próxima vítima, não duvide, bem pode ser você".

Faço esse registro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque o número de problemas envolvendo a juventude é crescente na sociedade atual. Porém, mais do que constatar o fato, é necessário, ur-

gentemente, buscar as suas verdadeiras causas. Antes de culpar os jovens pelo que está ocorrendo, é imprescindível abrir o debate sobre essa realidade que empurra importante parcela da população – e dentre ela, a juventude brasileira – para a violência.

Essa iniciativa, a meu ver, é tão emergencial quanto pode ser elucidativa da profunda crise ética e moral do atual sistema social, econômico e político imposto ao País.

A violência que explode contra a juventude brasileira, na verdade, é a expressão mais agressiva, mórbida e criminosa de um modelo político de sistema que busca apenas trabalhar o aspecto econômico, o mercado, o lucro e a competitividade, esquecendo-se do ser humano. Como um vampiro que precisa de sangue jovem, o modelo de superlucros a qualquer custo alimenta-se do desemprego em massa, da concentração de renda e da exclusão, e em sua voracidade atinge de forma especial os mais frágeis – as crianças, as mulheres, os idosos e os jovens, especialmente os mais pobres.

Além dos números da violência, é fundamental responder à indagação sobre o que estaria levando a juventude brasileira para esse descaminho. Onde está o atalho que desvia milhares de jovens de suas características primordiais: o questionamento dos limites; a busca de alternativas e da superação de desafios, características que deixaram profundas marcas na História deste País, como a recente a luta dos jovens contra a ditadura, na campanha pelas "Diretas Já" e pelo **Impeachment** do ex-Presidente Collor? O que está ocorrendo com aqueles cuja principal característica é a vida, o desprendimento, a vibração e a alegria? Como explicar a violência substituindo sentimentos como a amizade, a fraternidade, a paixão, que historicamente acompanharam os jovens? O que significa a troca do espírito de turma pelo crescente surgimento de gangues, cada vez mais violentas?

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, Presidente do Congresso e do Senado, que também nos honra com sua presença no plenário, Senador Antonio Carlos Magalhães, o nosso Estatuto da Criança e do Adolescente é um dos mais modernos, mais completos do mundo. Nele está clara a política de atendimento escrita pelo legislador: "A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."

Foram traçadas as diretrizes da política de atendimento, que nada tem a ver com o que estamos vendo.

"Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

I – municipalização do atendimento;

II – criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente...

III – criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

IV – manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos da criança e do adolescente."

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no que se refere à questão da internação, o Estatuto determina:

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade sujeita aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Portanto, não podemos confinar jovens, esquecê-los e deixá-los à sua própria sorte dentro das instituições. Jovem não é a mesma coisa que assassino, corrupto, seqüestrador adulto, que, a toda hora, está infringindo a lei e afrontando o Direito; é um ser em desenvolvimento, que precisa de acompanhamento.

Ainda diz o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida a rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Vejam o que ocorre na Febem dos Estados. Lá estão crianças de toda idade, desde aquele que roubou um pedaço de pão para matar sua fome até aquele que praticou homicídio ou participou de um seqüestro, enfim, aquele que cometeu crimes mais graves.

O art. 124 diz que são direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, ser tratado com respeito e dignidade; permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável, para que possam ter o acompanhamento da família, para que não se sintam abandonados por seus pais. É direito, ainda, do adolescente ter acesso aos objetos necessários à higiene e ao asseio pessoal — e nós perguntamos: será que, realmente, a Febem oferece essas condições aos nossos jovens? —, habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade, receber escola-

rização e profissionalização, realizar atividades culturais, esportivas e de lazer, ter assistência religiosa segundo a sua crença e desde que assim o deseje;

Eu poderia continuar lendo, porque não li todos os direitos que constam aqui no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O art. 125 estabelece:

Art. 125. É dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se formos analisar essa lei, que é admirada e elogiada por todos os países, veremos que ela consta no papel, é bonita, mas sua maior parte ainda está por ser aplicada.

A resposta a todos esses questionamentos só pode ser encontrada se as rebeliões, os crimes nas escolas e outras formas de violência não forem tratadas apenas como "casos de Polícia". Não é dessa forma que vamos garantir o futuro deste País. É preciso envolver a sociedade em um amplo debate, em que se questione o conjunto de políticas vigentes no País, a destinação de recursos oficiais e principalmente o compromisso dos governantes em todos os níveis. É também necessário analisar qual tem sido o exemplo moral e ético que os familiares, as autoridades públicas e as lideranças políticas, principalmente, têm dado ao País e, em particular, aos jovens.

Nesse sentido, antevendo a gravidade dessa situação, apresentei, em 17 de maio deste ano, proposta para a realização aqui no Senado de um seminário sobre a violência na juventude. Assim que foi divulgada essa proposta, a Unesco manifestou sua solidariedade, dizendo que gostaria de participar, de dar apoio necessário para que esse seminário fosse realizado nesta Casa.

Sr. Presidente, pedimos esse seminário para discutir a violência na juventude — porque o jovem não é violento. Às vezes, dizem "A violência da juventude". É errada essa expressão. O jovem está violento; ele não é violento. Queríamos um seminário nesta Casa, para mostrarmos a incompreensão, a falta de sensibilidade que está existindo em nossa sociedade, mas não conseguimos realizá-lo. Lamento profundamente que isso tenha acontecido. A proposta não esbarrou, tenho certeza, na incompreensão, mas talvez na falta de sensibilidade para o tema. Esbarrou na burocracia da Casa e não prosperou. Mas continuamos com a nossa idéia. Se nossa proposta não for aprovada neste ano, pediremos à Mesa Diretora e aos Parlamentares desta Casa que abracem essa idéia.

Vamos iniciar o ano 2000 com uma grande discussão a partir do Congresso Nacional, porque este espaço é importante e necessário. É preciso mostrar à sociedade que o Senado está afirmando seu compromisso para a superação desse grave problema que atinge a vida nacional.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senadora Emilia Fernandes, V. Ex.^a permite-me um aparte?

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Com muito prazer, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Acho que o discurso de V. Ex.^a é inteiramente justo e oportuno. Entretanto, não penso que seja necessária uma comissão especial nem um seminário para tratar dessa matéria. A Comissão de Assuntos Sociais pode muito bem trazer quantos conferencistas forem necessários para dar uma linha de ação para os Senadores que dela necessitam, até porque esse tema da violência, do ponto de vista teórico, já está muito explorado. O que se deve fazer, na prática, é tomar providências, inclusive legislativas. Daí por que o seminário não piora nem melhora a situação. Se ele tivesse existido, evidentemente teria sido muito bom, porque seria uma iniciativa desta Casa e de V. Ex.^a, mas não iria resolver nenhum desses problemas. Não teria evitado as rebeliões na Febem nem que o estudante entrasse no cinema e metralhasse aquelas pessoas. A Casa tem instrumentos para fazer isso, tem várias Comissões, inclusive a de Assuntos Sociais, que está ligada a isso. Se toda vez que houver um problema grave no Brasil, e são múltiplos, fizermos seminários, vamos ficar aqui fazendo seminários e não legislando com a rapidez que o povo deseja.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex.^a, Senador Antonio Carlos Magalhães. Compreendo também que temos espaços para realizar audiências, convidar dois, três ou dez palestrantes que aqui viriam fazer suas exposições para os Senadores, mas a idéia de seminário que apresentamos era mais ousada, mais abrangente. Gostaríamos de lotar o maior auditório desta Casa com estudantes universitários, jornalistas, especialistas, professores universitários, médicos, psicólogos etc. A partir daí, iniciáramos uma discussão ampla da matéria, voltada para o público externo e não para dentro desta Casa. Entendo que as audiências públicas realizadas nas Comissões são ótimas e temos solicitado muitas, mas gostaríamos que houvesse uma ação conjunta e participativa da sociedade e que os debates fossem transmitidos para todo o Brasil, mediante os vários meios de comunicação – jornais,

Internet, TV Senado – de modo que os pais, a pessoa que se encontra na mais distante cidade, enfim toda a sociedade, pudessem interagir. Acreditamos que uma idéia não substitui a outra; elas se complementam. Pretendíamos fazer com que a sociedade fosse ouvida dentro desta Casa.

Agradeço o aparte de V. Ex.^a. Não faço nenhuma crítica, Senador Antonio Carlos Magalhães, apenas entendo que, a partir desse grande debate nacional, poderíamos projetar ações concretas com uma força muito grande, apontando saídas para o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Mas nós poderemos fazer essas ações concretas, como quer V. Ex.^a, indo o Senado às escolas, fazendo conferências fora ou mesmo contratando pessoas. Tudo isso o Senado pode fazer até diretamente. Não precisam vir aqui os estudantes; iríamos às universidades, às escolas. Faríamos esse seminário de uma maneira até mais ampla e mais democrática se o fizessemos nos locais onde os jovens estudam.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Toda sugestão é válida, Senador Antonio Carlos Magalhães; mas, se a idéia fosse analisada, assim como o gabarito dos palestrantes, com a participação da própria Unesco, aportando, trazendo pessoas com profundo conhecimento do assunto, nós nos enriqueceríamos e promoveríamos uma ação positiva, além de todas as outras formas com que temos contribuído com a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, encaminho-me para as conclusões dizendo que, sem dúvida, o grande desafio está posto, inclusive com a questão da Febem. Temos que romper com a hipocrisia desse debate. As rebeliões são lições que estão sendo oferecidas a todos nós, como que a mostrar que precisamos de soluções concretas para o Brasil. Não apenas a juventude, mas o País está mergulhado na violência. Aos poucos, parece pretender institucionalizarem-se crimes como o recente assassinato da Prefeita Dorcelina de Oliveira Fulador. Antes com maior incidência em determinadas regiões e guetos sociais, a criminalidade, a insegurança e o medo ganham as ruas, as pequenas localidades e o cotidiano das pessoas.

A verdade é que a violência é maior, multiplicando-se de forma cada vez mais intensa. Sem dúvida, essa violência é uma consequência do atual modelo socioeconômico e político, que precisa ser superado, porque desemprego, leva à fome, quebra as empresas devido às altas taxas de juros. É o arrocho social, que inviabiliza o País, os municípios, as famílias, as pessoas, os jovens. A ausência de projetos, de

perspectiva, de sonhos é marca registrada desta nossa era neoliberal, promotora da desagregação, do desmonte, da desordem e da violência.

É evidente a necessidade de se responder ao drama dos jovens reclusos e rebelados. Ações nesse sentido não podem ser traduzidas apenas na destruição física dos prédios das instituições. O modelo de atendimento tem que ser repensado e modernizado, seja pela descentralização, seja pela melhoria do atendimento social e pedagógico, que deve ser feito com a participação da sociedade, especialistas e trabalhadores do setor, que representam uma maior presença do Estado no debate, e não a redução das suas responsabilidades. E, mais do que isso, a gravidade da situação impõe a construção de uma alternativa ampla de desenvolvimento para o País, que traga progresso, empregos e qualidade de vida e que, dentro de uma nova situação, insira a juventude no processo econômico, assegurando sua participação no processo educacional pleno e no mercado de trabalho, o que, em última instância, significa restabelecer no Brasil a perspectiva de viver, de ter um futuro e de sonhar, não apenas para os jovens, mas para todos os brasileiros, acima de tudo para a Nação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 606, DE 1999**

Transfere para o Governo do Distrito Federal as ações pertencentes à União da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam transferidas para o Governo do Distrito Federal as ações pertencentes à União da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, constituída nos termos da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972.

Art. 2º Em 60 dias da data de publicação desta Lei, a Terracap providenciará, observada a legislação específica, a adequação de seus estatutos, em decorrência do estabelecido no artigo anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trata-se de medida administrativa por meio da qual ficará formalizada uma realidade, ou seja, a administra-

ção da Terracap pelo Governo do Distrito Federal, na qualidade de proprietária única da Companhia.

A Terracap foi constituída pela Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, modificada pela Lei nº 6.816, de 25 de agosto de 1980, que autorizou o desmembramento da mesma da Novacap, esta criada pela Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, mediante alteração de seu objeto.

Então, a recém-criada Terracap assumiu da Novacap todos os direitos e obrigações na execução das atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal, objeto de utilização, aquisição, administração, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens, assim como realizar obras e serviços de infra-estrutura e obras viárias no Distrito Federal vinculadas às suas finalidades essenciais.

Ao Distrito Federal coube 51% do capital inicial da Terracap, pertencendo à União 49% do mesmo, sendo que este capital seria representado pelo valor dos bens incorporados pelo desmembramento do patrimônio da Novacap, bem como pelos recursos transferidos.

No entanto, ainda que a União detenha 49 por cento das ações da Companhia, sua participação se restringe, apenas à presença, em minoria, nos Conselhos Administrativo e Fiscal, sem qualquer ingerência econômica. Nem tem havido transferência de recursos.

As receitas da Terracap, bem como as despesas, são de origem administrativa própria.

A participação da União, inicialmente na Novacap e, posteriormente na Terracap, deveu-se obviamente, pela dependência da nova capital do Brasil do Governo Federal. Até a promulgação da Constituição de 1988, Brasília era, realmente, um território federal, um distrito federal na acepção plena do termo. Com o advento da autonomia, com o funcionamento pleno dos três Poderes constituídos, Brasília começou a caminhar com seus próprios pés, tendo já uma significativa arrecadação própria, ainda que dependa, por mandamento constitucional, de repasses federais nas áreas de saúde, segurança pública e educação.

A ingerência da União na Terracap não mais se justifica. À luz das atribuições estabelecidas à Terracap pela Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, anteriormente citada, bem como pela Lei nº 6.531, de 16 de maio de 1978, a Terracap tem total autonomia administrativa, econômica e fiscal, devendo prestar, anualmente, suas contas ao tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos da lei.

À consideração de Vossas Excelências.

Sala das sessões, 8 de novembro de 1999. --
Senador Luiz Estevão.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.861, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972

Autoriza o desmembramento da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, mediante alteração de seu objeto e constituição da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, e dá outras providências.

LEI Nº 2.874, DE 19 DE SETEMBRO DE 1956

Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências.

LEI Nº 6.531, DE 16 DE MAIO DE 1978

Dispõe sobre alteração, por permuta, de imóveis residenciais de propriedade da União, localizados no Distrito Federal, e dá nova redação ao item VII, do artigo 3º, da Lei nº 5.861 (1), de 12 de dezembro de 1972.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos, e de Constituição, Justiça e Cidadania – cabendo à última a decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 607, DE 1999**

Isenta taxistas do pagamento de IPI, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do imposto sobre produtos industrializados – IPI – os automóveis de passageiros de fabricação nacional, com até 127 HP de potência bruta (SAE), que sejam adquiridos por taxistas devidamente licenciados para exercer a profissão.

Parágrafo Único. Incidirá imposto sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo.

Art. 2º O benefício de que trata o art. 1º, **caput**, poderá ser utilizado uma vez a cada cinco anos.

Art. 3º Fica assegurada a manutenção do crédito IPI, relativo às matérias primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem utilizados na industrialização dos projetos referidos nesta lei.

Art. 4º A transferência de propriedade, ou de uso do veículo, a qualquer título, sujeito o cedente ao prévio pagamento do imposto isento, acrescido de

atualização monetária, juros de mora e multa de mora ou de ofício, nos termos da legislação tributária, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 1º O beneficiário que incorrer na infração de que trata o **caput** deste artigo fica impedido de receber isenções posteriores.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica ao veículo transferido, a qualquer título:

I – a pessoa que goze de igual tratamento tributário, mediante prévia autorização da autoridade fiscal;

II – após o decurso de três (3) anos de sua aquisição.

Art. 5º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao da publicação.

Justificação

A medida visa a beneficiar uma classe de trabalhadores que tem seu sustento com o uso de veículos, ao mesmo tempo em que presta serviço de alta relevância à comunidade.

É inegável que a medida tem consequência indireta na determinação da tarifa dos taxis, em benefício da população.

Ressalte-se, também, que este tipo de transporte cresce a cada dia de importância em face da dificuldade crescente de trânsito, principalmente nas cidades grandes, onde a rapidez no deslocamento de pessoas pode ser vital.

É de considerar, ainda que a medida tem vasto apoio dos vários segmentos da sociedade, tendo sido usada esporadicamente com palpáveis vantagens.

A proposição estabelece, no entanto, as necessárias garantias, cuidando, por exemplo, da potência máxima do veículo, da incidência de imposto sobre acessórios que não são equipamentos originais exigidos em lei, regulando a transferência da propriedade ou do uso do veículo.

Certo de que a proposição trará significativo proveito à população é que a submeto à consideração de Vossas Excelências.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 1999. –
Senador **Luiz Estevão**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 684, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 335, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do estudo do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 1999, de minha autoria, a fim de aguardar o recebimento de outra proposição sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 1999. –
Senador **Luiz Estevão**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O requerimento lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania:

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ademir Andrade. V. Exª dispõe de até vinte minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, volto a falar, desta tribuna, sobre a minha convicção e minha fé no aperfeiçoamento da sociedade em todo o Planeta. Tenho a expectativa, a esperança de que, algum dia, seremos pessoas pacíficas, de que todos possuirão um trabalho e poderão ganhar a vida, de que a democracia prevalecerá, de que se fará a vontade da maioria e de que haverá justiça para todos. Trata-se de um longo caminhar, de um processo de aperfeiçoamento que vem se dando através dos séculos.

Gostaria de dar alguma contribuição, fazendo críticas a segmentos importantes nesse processo de aperfeiçoamento da nossa sociedade. Quero, hoje, fazer um comentário e uma crítica à mídia brasileira.

Entendo que a mídia brasileira se tornou, de certa forma, um monopólio das elites, dos dirigentes políticos deste País que usam o seu poder muito mais para ganhar dinheiro, para se impor diante dos próprios governos, chantageando-os, impondo-lhes posições do que para servir à sociedade brasileira.

Trago a esta sessão exemplares desta semana das três mais importantes revistas semanais do nosso País. E, coincidentemente ou talvez por entender que o povo brasileiro se alimenta de fatos como o ocorrido na semana passada, as três revistas colocam em suas capas o estudante de Medicina que metralhou cidadãos num cinema do shopping em São Paulo. A **IstoÉ** traz a fotografia do Matheus na sua capa, bem como a **Veja** e a **Época**, esta última denominando-o "o exterminador solitário".

Sr. Presidente, o interessante é que a revista **IstoÉ** reproduz entre aspas uma frase do infeliz indivíduo que resolveu levar uma metralhadora para matar pessoas num cinema, exatamente quando ele diz: "Eu ia comprar uma granada, mas achei que a metralhadora ia dar mais impacto na mídia."

O que queria esse infeliz? Ele queria notoriedade, queria ser conhecido. Talvez pelos seus desequilíbrios emocionais, por erros na sua criação, ele se sentisse um desamparado e precisasse, sob qualquer circunstância, tornar-se um homem conhecido, ainda que isso lhe custasse a reclusão em uma cadeia pelo resto da vida. Então, ele promoveu aquela ação. Está evidente que seu interesse era aparecer na mídia.

Lamentavelmente, as três principais revistas do nosso País colocam, em suas capas, a figura desse infeliz. O que essas revistas pensam do povo brasileiro? Que o povo se alimenta desse tipo de matéria? Que o povo é despreparado e inconseqüente? As três principais revistas fazem exatamente aquilo que o infeliz queria que elas fizessem. São revistas que têm até alguma coisa que se aproveite, pois noticiar fatos é importante. Contudo, usar a mídia, o poder de informar com o intuito exclusivo de ganhar dinheiro é crime, e a forma como isso foi feito não deixa de ser um incentivo a que mais e mais infelizes, psicopatas, desamparados, solitários iguais a este queiram repetir a dose.

Pergunto-me, Sr. Presidente: se **Veja**, **IstoÉ**, **Época**, revista da **Globo**, queriam tanto chamar a atenção para o fato, por que não ilustraram a capa com os mortos, ou os pais, os irmãos, os filhos ou os namorados das pessoas assassinadas? Por que não retrataram com mais ênfase o sofrimento dessas pessoas, diante da atitude psicopata desse indivíduo? Não, **Veja**, **IstoÉ** e **Época** fizeram questão de atender ao chamado, ao desejo desse infeliz, como quem diz: vamos promover e incentivar outros, fazer com que tomem atitudes iguais à dele, porque isso vende, produz revista, faz o povo se interessar para comprar, ler e conhecer a história desse infeliz.

Quero, portanto, condenar a atitude dessas revistas. Acredito ser um ato de inconseqüência, de irresponsabilidade, de incoerência e de desrespeito ao povo brasileiro. Lembro-me de que, quando um indivíduo, com a mesma mentalidade do Mateus da Costa Meira, matou John Lennon, ex-integrante dos Beatles, um dos homens mais conhecidos e famosos de todo o planeta, seu único intuito era ser conhecido, tornar-se famoso. A forma que encontrou foi matando uma das figuras mais queridas da humanidade neste

século que finda. Nos Estados Unidos, um país capitalista, onde a ganância prevalece sobre tudo, a mídia foi mais cuidadosa do que está sendo hoje a mídia brasileira. Esse cidadão que matou John Lennon, assim como aquele louco que atirou no ex-Presidente Ronald Reagan, tinham o único objetivo de se tornar conhecidos. A mídia não estampou a face desse cidadão, não a mostrou aos americanos, como está fazendo a mídia brasileira. Hoje, desafio quem lembre o nome do cidadão que matou John Lennon; desafio quem lembre o nome do cidadão que tentou assassinar o ex-Presidente Ronald Reagan nos Estados Unidos. Lá, a mídia é mais cuidadosa, apesar de recentemente terem tido muita violência. Basicamente, essa violência vem do próprio cinema, dos jogos de videogame e da má-formação da estrutura familiar, que existe em maior intensidade nos países chamados capitalistas, onde há um determinado cuidado e um receio da imprensa em promover esses psicopatas.

As revistas brasileiras, lamentavelmente, cometem esse erro. Como se fez agora com Mateus, pouco tempo atrás se fez com aquele motoboy, que assassinou várias moças e também foi capa das nossas principais revistas.

Deixo, aqui, essa crítica e essa mensagem aos dirigentes dessas revistas e chamo a atenção para mais um fato. A revista **IstoÉ**, no seu interior, traz uma propaganda — que entendo ser muito cara, Sr. Presidente — em um encarte com uma faixa vermelha, dizendo: "Procure o anúncio com a caixinha de remédio antes que você seja enganado". Logo adiante, vem uma página com uma caixa de remédio e uma carta dentro da revista. É uma propaganda enganosa da Abifarma — Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas —, que tem, Senador Lauro Campos, 96% de capital estrangeiro. Não se trata de empresas brasileiras, de donos brasileiros, de capital nacional; são, em quase sua totalidade, empresas de capital estrangeiro.

O Congresso Nacional, recentemente, colocou o Brasil no patamar dos países do Primeiro Mundo, onde os medicamentos são vendidos pelo nome da substância básica da sua ação, e não pelo seu nome-fantasia, como acontecia no Brasil.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) — Ouço V. Ex^a com muito prazer, Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) — Agradeço muito, Senador Ademir Andrade, esta oportunidade de somar a minha palavra modesta, vacilante,

ao pronunciamento de V. Ex^a a respeito desse quadro degradante que foi sendo pintado no Brasil ao longo dos últimos anos. A nossa insensibilidade, o nosso egoísmo, o nosso individualismo, permitiu que esse quadro dantesco fosse sendo desenhado neste País. Fomos nos acostumando à violência, e a nossa covardia e o nosso egoísmo fizeram com que, desde que não seja comigo ou com os meus, o resto não me interessa. Durante tantos anos pensei e meditei sobre essa violência. Agora, por exemplo, vejo que, dos recursos das dotações orçamentárias para as penitenciárias, parece que até agora apenas 7 ou 8% foram utilizados. Esse sistema não gasta nem com saúde nem com as próprias pessoas que ele próprio deforma e transforma em marginais e assassinos. Não gasta porque isso não rende nada. É um sistema voltado e conduzido pela prioridade máxima: o lucro e a maximização do lucro. Como a recuperação dos nossos irmãos não dá lucro monetário, uma receita satisfatória, as prioridades são outras. As nossas prioridades, aquelas que as cabeças conscientes tentam colocar no papel e nas leis, essas não chegam a um mundo real, porque este mundo tem prioridades que ele próprio escolhe. A lógica do capital, a lógica do sistema, a sua perversidade escolhe as suas prioridades. Por exemplo, qual é a prioridade do governo norte-americano? Será a saúde, a educação, a pesquisa, a cultura? Nada disso! Só durante a Guerra Fria, foram gastos U\$13 trilhões! A prioridade lá é essa, e acabou. Tanto foi essa durante a Guerra como durante a Guerra Fria. De modo que essa agressividade do sistema, que se manifestou, por exemplo, em 344 guerras entre 1740 e 1974, naquelas 76 guerras a que se refere Eric Hobsbawm no seu livro "O breve século XX", essa agressividade está aí, está também no nosso sistema educacional, na nossa cultura. Jeremy Bentham ensina que "o meu eu é tudo, e, diante dele, o resto do mundo não vale nada." Se o sistema afirma isso e afirma que o mercado paga a cada um o que é justo, e o sistema dá U\$70,00 por mês e dá a 1.300.000.000 de pessoas U\$1,00 por dia, o que esse sistema está dizendo? O seu eu vale U\$1,00 por dia, o seu eu vale R\$120,00, o salário mínimo. Se o meu eu só vale isso, o eu do próximo vale muito menos, porque eu sou tudo; é o que me ensina esse sistema, essa pedagogia infernal, desumana. Então, o que ocorre? Se a minha vida vale tão pouco, eu posso tirar a vida do próximo por um par de sapatos, por um par de tênis, por uma bicicleta, por qualquer motivo, por R\$10,00. Não adianta educar, porque o nosso sistema deseducal. Temos de sofrer transformações muito mais profundas. Agradeço muito pela oportuni-

dade que me deu e parabenizo V. Ex.^a pelas observações feitas. Os órgãos da nossa imprensa não pagam mais os artistas: os bandidos viraram artistas nessa promiscuidade fantástica; vão as câmaras de televisão acompanhando os artistas gratuitos, os bandidos assaltando, assassinando e ocupando o espaço, o tempo da televisão, com essas cenas fantásticas e principalmente gratuitas, que dão muito dinheiro e muita audiência. Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Agradeço o aparte de V. Ex.^a, Senador Lauro Campos. Concorde com V. Ex.^a, mas continuo com a minha fé de que todos podemos contribuir para corrigir esses erros e aperfeiçoar as nossas relações sociais.

Sr. Presidente, quero ater-me também à falta de ética da nossa imprensa. Entendo que a revista **IstoÉ** não poderia publicar uma propaganda mentirosa e enganosa como essa da Abifarma, que, clinicamente, tem como **slogan** da sua propaganda: "O nosso compromisso é com a sua saúde". Imaginem V. Ex.^{as} a Abifarma escrever no seu **slogan** que o seu compromisso é com a nossa saúde! Na verdade, todos sabemos – e temos consciência disso – que o compromisso da Abifarma é com o bolso dos seus donos, com o bolso dos industriais dos medicamentos e com o bolso dos estrangeiros que são proprietários das indústrias de remédios produzidos em nosso País.

Os genéricos existem nos países mais desenvolvidos do mundo. O Congresso Nacional conseguiu, depois de várias décadas de luta, aprovar uma lei estabelecendo que o medicamento deve ser fornecido na farmácia com o nome da substância que lhe dá atividade. Existem, em alguns casos, mais de vinte produtos com nomes diferentes cujas substâncias são absolutamente as mesmas. Isso gera a concorrência, a queda do preço do medicamento e a diminuição do lucro exorbitante dos industriais farmacêuticos estrangeiros residentes em nosso País.

Por isso, a Abifarma agora leva para a rua uma campanha clínica e mentirosa contra os genéricos. Que ela o faça no interesse do bolso dos seus donos até se aceita. Mas uma revista como a **IstoÉ**, um órgão de imprensa, não poderia, em virtude de um compromisso ético com a sociedade, publicar com tanta importância e destaque uma propaganda mentirosa, clínica, enganosa e safada como essa da Abifarma.

Sr. Presidente, é esse fato que venho condenar. Se o Governo brasileiro, por meio do Ministério da Saúde, não tomar as providências que deve tomar contra essa entidade que quer enganar o povo, que não quer baixar o preço dos remédios em nenhuma circunstância, que quer o lucro fácil, nós, particularmen-

te com os nossos advogados e com os nossos assessores, tomaremos as providências cabíveis, de acordo com a Constituição brasileira, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, porque não aceitamos uma propaganda clínica, mentirosa como essa.

Lamentamos profundamente que uma conceituada revista como a **IstoÉ** coloque de maneira destacada, em encarte, apenas pelo dinheiro que recebeu da Abifarma, que obtém lucro fácil com os medicamentos caros vendidos nas farmácias, uma propaganda mentirosa, aética como essa. Lamento profundamente pela direção da revista, tão importante como o são todas as outras.

Peço que os editores reflitam ao montar as capas da revista. Por que promover um infeliz psicopata como esse? Outros haverão de querer seguir-lhe o exemplo para também serem capas de revista.

Era essa, Sr. Presidente, a manifestação que eu gostaria de fazer no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Lauro Campos.

V. Ex.^a dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, gostaria de iniciar este meu pronunciamento dando uma explicação àqueles que confiaram seu voto soberano, voto algum vendido, voto dado pela consciência de cada um, porque hoje, decorridos quase cinco anos da minha eleição e posse, posso repetir o que falei durante a minha campanha. O voto para mim é como um beijo: se comprado, se prostituí; se arrebatado pela força ou pela violência, o voto estupra a consciência. De modo que quem falou, quem escreveu isso, não poderia jamais se valer destes mecanismos: ou dinheiro, ou a violência, para exercer o seu mandato e para tentar ir até o fim do compromisso assumido.

Costumo dizer que, da pena a que me condenaram, de oito anos, já cumpri quase cinco anos. Realmente, considero que estou penando o meu mandato. Gostaria muito de poder estar em outro lugar, onde passei grande parte da minha vida.

Outro dia, eu me referi aqui a um fato interessante. Depois de ter pronunciado 179 discursos, eu disse que não tinha começado a falar. E não comecei a falar. E vou terminar meu mandato sem ter começado a falar, a falar daquilo que acho importante, daquilo que me consumiu milhares de horas de trabalho e de estudo, aquilo pelo que tentaram me calar e me ameaçaram de morte.

Não fui cassado, não tive essa honra. Fugi. Ameaçado de morte, fugi. Tive um medo danado, a pressão foi a 20, muito medo, fugi. Fui para a Inglaterra, passei lá uns tempos e voltei. Voltei para continuar nas mesmas aulas, nas mesmas críticas, na mesma posição que anteriormente eu havia assumido.

Sr. Presidente, estou dando uma satisfação a todos. Passei alguns dias no Incor. Também nunca escondi dos meus eleitores falei em televisão pelo menos duas vezes a minha situação coronariana. Nunca escondi minha doença de ninguém. E, para aqueles que votaram em mim e pensam que meu comportamento, que meu mandato não está sendo exercido a contento, não quero me valer desse escapismo de que a minha saúde não me permite. Não! Minha saúde é aquela mesma que eu disse uma vez na televisão de Brasília aos meus possíveis eleitores: que eu tinha dado um profundo mergulho no rio da morte. Nunca escondi o infarto que tive, as safenas que tenho. Nunca escondi isso. De modo que não seria agora que eu iria fazê-lo. Fui ao Incor, fiz todos os exames, cateterismo e outros mais, porque eu estava realmente numa situação de dúvida. Depois de dez anos, as minhas safenas iam até sópror velinhas, e eu comecei a recear que pudesse estar precisando de uma segunda intervenção. Então fui lá e, felizmente, a minha situação hoje dizem lá os médicos, é muito parecida com a de dez anos atrás. E, dez anos atrás, ela não era boa, não! E hoje continua pelo menos sem se agravar.

Era isso o que eu queria dizer, com toda a franqueza, sem esconder a doença, como todos os políticos que conheço fazem. Eu, não! Nunca fiz. E, até onde for possível, continuarei a cumprir minha penitência.

Depois de uma vida coroada de êxitos, vivida irmanadamente, os dois se encontram na alvura asséptica de uma UTI, na vizinhança do definitivo, no silêncio de onde se ausentam os conciliábulos, as mentiras, os conchavos e aconchegos, de onde as vaidades se afastam, ali onde a seriedade autêntica reina tranqüila, o amigo dileto se despede de sua grande obra, do Presidente que ele construiu com esmero e orgulho. Para isso, fora obrigado a desconstruir-se, doando os materiais do seu vir a ser, alienando o melhor de sua essência, de sua consciência para a "entificação" de sua obra magna, que era, ao mesmo tempo, seu chefe, seu senhor, seu presidente e a origem e fonte de suas alegrias e tormentos.

Os umbrais da eternidade não permitem a "falta de assepsia" a que eles foram levados a recorrer em nome da realização de seus ideais, muitos deles per-

didos ao longo do caminho, pela estrada da luta, em que acreditavam travar batalhas pela democracia.

Essa cena se passa no dia em que, sozinho, esvaziada a UTI, Fernando Henrique Cardoso encontra-se com o seu dileto amigo, Sérgio Motta, para despedir-se dele.

Qual seria a palavra-selo, a fala-lágrima, o ditto-marca de gado, indelével como ferro incandescente, penetrado até a alma, o verbo-conselho-amigo que ficaria em seu lugar depois de sua partida, como uma voz-presença forte, necessária como socorro seguro para uma consciência que ele sabia ser fraca, titubeante, humana, demasiado humana, daquele ser volátil, valdoso, que é Fernando Henrique Cardoso, oscilante como as pesquisas de opinião que movem seu humor?

No caminho, lado a lado, tantas vezes caíram quantas alevantaram do chão. Na estrada eles cresceram, no sofrimento eles aprenderam o possível, na luta contra a ditadura calejaram sua sensibilidade, amadureceram, "sem perder a ternura"; mas quantas outras coisas se perderam...

Agora que se sentia realizado, pronto e acabado para amparar seu amigo Fernando, Sérgio Motta era obrigado a abandoná-lo. Ali, no desengano da UTI, sua morte lhe parecia quase uma traição ao amigo abandonado no pódio de uma glória fugidia, cercada de perigos tantos, com lobos uivando de dentro da noite ameaçadora.

Que dizer numa hora assim? Hora densa, que não admite perda de tempo, nem desperdício de palavras?

"Não te apequenes, Fernando". Eis tudo: pré-dica, conselho e sermão em quatro palavras. "Não te apequenes, Fernando".

As estradas estão distantes, as portas de fábrica foram esquecidas, as ruas e avenidas ocupadas pelas massas compactas de cidadãos que uniam suas esperanças nas Diretas Já, grito uníssonos, palavra de ordem e vagido que anunciava o nascimento de uma nova cidadania. "Não te apequenes, Fernando", não troques tua participação na marcha do povo, dos humildes, dos desempregados, dos que têm fome e sede de trabalho, dos que têm fome e sede de vida, de sobrevida, dos marginalizados, da esperança, não os troque pelo tremor dos déspotas solitários, dos que confundem, lamentavelmente, protesto, afirmação, reconquista de direitos rotos, esmolambados como as roupas de seus filhos esqualidos, dos que confundem a reafirmação de uma ordem humana e justa com o caos, com a desordem e com a subserviência.

"Não te apegues, Fernando." Não digas hoje que é golpe tudo aquilo por que lutávamos juntos ontem! "Não te apegues, Fernando". A voz do amigo Sérgio Motta, rouca como a voz das ruas, ecoa do fundo de sua consciência apeguada, pede e espera que a pulsão nilificadora do Presidente não se afirme.

O Presidente FHC tem dado muito, cada dia mais trabalho a seu amigo Sérgio Motta. Ao condecorar, no Peru, o neoliberal sanguinário, indiciado como mau exemplo até pela secretária Madeleine Albright, devido ao seu comportamento ditatorial, suas reeleições, suas agressões aos direitos humanos, sua participação em vários crimes, inclusive no homicídio de um Ministro da Suprema Corte, ao condecorar "el Chino", certamente Fernando, o Presidente, esqueceu-se do conselho do amigo Sérgio, apegou-se, baixou à estatura do condecorado, nivelou-se com o ditador do Peru. Como representante dos brasileiros, o Presidente homenageou o monstro em nosso nome, envergonhando os cidadãos conscientes.

O receio de Sérgio Motta sempre foi o de que FHC escorregasse numa de suas próprias fraquezas e levasse um tombo irreversível, como aquele de que o salvou Mário Covas, impedindo-o de aceitar o convite feito por Collor de Mello para ser Ministro das Relações Exteriores daquele governo decomposto.

Para vencer as eleições, quantas coisas confessáveis ele, Sérgio Motta, fizera para poupar a verticalidade da imagem do candidato? O tesoureiro de campanha eleitoral, numa sociedade viciada como a brasileira, sabe e cala os favores que foram prometidos em troca das contribuições espontâneas e corruptas que tecem o sorvedouro dos gastos eleitorais e as gordas sobras de campanha. Hoje não podem pairar dúvidas de que a morte do outro tesoureiro, Paulo César Farias, decorreu das dificuldades em administrar as imensas "sobras" nas sombras marginais de depósitos em paraísos fiscais ou até mesmo em associações com a mafiosa *n'drangheta* e com a poderosa Camorra, a partir das quais os homicídios em série passaram a ocorrer, fulminando o próprio tesoureiro da campanha anterior.

O povo sem trabalho, sem aposentadoria, sem terra, sem teto, aparentemente "sem rumo" segue a bússola da fome, que quase sempre foi má conselheira. Estômago vazio não tem ideologia; um dia, certamente, ela será apenas pulsão, impulso, instinto no comando da grande caminhada, da grande virada.

"Não te apegues, Fernando", não digas que os vagabundos, os calpiras, os neobobos, os desprezados cidadãos que não são graduados nem

pós-graduados e que se encontram sob tua Presidência, estão "sem rumo". Alguns deles poderão responder-te que antes perdido do que alinhado, do que orientado pelo FMI, centro e articulação da globalização da miséria e da neo-exploração praticada pelo imperialismo senil.

Talvez alguns dos cem mil que marcharam sobre Brasília cometam a injustiça de cobrar de ti a promessa feita por Fernando Collor de que, ao término do mandato presidencial, deixaria o salário mínimo no patamar de US\$300 ao mês. Salário salafrário que, no dia 14 de janeiro de 1999, caiu para US\$78. Em sua primeira campanha, FHC prometeu que, ao final de quatro anos, o salário mínimo teria alcançado US\$250/mês, longínquos R\$490,00.

Ao tornar-se neoliberal ferrenho, autêntico, FHC resolve destruir o que denominou de "legado da Era Vargas" (Discurso de despedida do Senado, 15.12.94, in "Grandes Momentos do Senado", II, p. 204), "o seu modelo de desenvolvimento autárquico e seu Estado intervencionista". Isso prometia o Presidente FHC destruir. Acreditando no capitalismo de mercado, iluminista e mecanicista, a era FHC iniciava-se adotando o credo do consenso de Washington e do liberalismo de exportação do FMI e do Banco Mundial, repudiados agora pelos corifeus arrependidos que mandam flores às viúvas de suas vítimas, aos remanescentes do desastre anunciado.

O Senador Fernando Henrique Cardoso recorda com orgulho o momento em que lutava contra o arrocho salarial que passaria a presidir. "Como o Senado derrotou" – diz o Senador Fernando Henrique Cardoso –, "pela primeira vez no Governo autoritário, uma decisão do governo que congelava salários e a que nós nos opusemos?"

Depois da posse, o Presidente FHC esqueceu-se de tudo, inclusive de permitir a reposição de salários e vencimentos, após cinco anos de preços livres, período em que a inflação acumulou mais de 60% sem qualquer reajuste salarial.

Naquele episódio a que o Presidente Fernando Henrique Cardoso se refere, em que foi derrotado o governo militar, a proposta enviada ao Congresso foi de que houvesse um reajuste de salários correspondente a 80% da inflação anterior. Agora, as perdas impostas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso somam mais de 60%.

Os passos dos sem-terra, sem-tudo, sem-nada, parecem estar guiados por "um olho cego procurando por um... Um olho cego vagueia...". Vieram cobrar esquecidas e descumpridas promessas? Quais, tantas

e traideiras falas, tantas e frustrantes repromessas a que se seguiram novos perjúrios.

"Não te apegues, Fernando", sejas humilde, para que não venhas a ser humilhado.

A substituição do Chefe do Governo, a destituição do Primeiro Ministro, no regime parlamentarista, é acontecimento normal e recorrente, consequência de um voto de desconfiança do Parlamento. Por que fazer tanta celeuma e alarde diante de uma proposta de impedimento que, se chegar a ser apresentada, deverá ser aprovada pelo Congresso, passar pelas comissões especiais e, talvez, caso se verifique crime de responsabilidade, pelo julgamento do Senado, em sessão dirigida pelo Presidente do Supremo? Será que isso é golpe ou será Sua Majestade portador de uma personalidade inflada, narcísica, que se considera acima de qualquer julgamento?

"Não te apegues, Fernando", reconhece que a reeleição foi um golpe, pelo menos contra a tradição política e o direito constitucional brasileiro.

O Proer improvisado num sábado de noite para socorrer o Banco Nacional, que falsificara moeda escritural, em cuja direção se encontrava tua nora, Ana Lúcia Magalhães Pinto, acabou dilapidando mais de 13 bilhões de nossos escassos reais. É incrível como um banco que falsifica moeda escritural, num país em que parece que os economistas, os financistas e os banqueiros, principalmente os do Banco Central, não sabem o que é moeda escritural e como ela foi falsificada no Banco Nacional impune e silenciosamente, silêncio este que dura até hoje.

O Projeto Sivam – os caipiras têm boa memória – recebeu um empréstimo do Eximbank de US\$1,3 bilhão, que só poderiam ser usados para comprar equipamentos produzidos pela Raytheon, dos Estados Unidos, onde se criaram "20 mil novos empregos", de acordo com telefonema que tu deste ao Presidente Clinton.

Se fosse aplicada no Brasil, aquela soma teria criado 60 mil novos empregos **at home**. "Não te apegues, Fernando", não optes pelos interesses do grande povo do Norte. Não desempregues caipiras aqui para criar empregos para os **cowboys** e **yankees** de lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio. Faz soar a campanha.)

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Infelizmente, do meu ponto de vista, do ponto de vista da minha leitura, o meu tempo já se encontra esgotado, e eu não consegui alcançar ainda nem a quarta parte deste meu escrito. Não vou pedir para que seja dado como lido, vou continuar um pouco mais, porque há um ponto que considero bastante importante.

Cheguei à conclusão de que existe no Brasil, há muitas décadas, um dualismo, uma divisão de trabalho, uma ditadura compactuada entre o Presidente da República e o Presidente do Legislativo. Nenhum deles é ditador. Cada um é apenas 50% ditador. E essa divisão do trabalho, muito inteligente, eficiente, eficaz, parece que passou despercebida durante tantos anos, desde o seu início, na década de 50, quando se fez uma divisão no Brasil entre desenvolvimentistas – desenvolvimentistas cepalinos, estruturalistas desenvolvimentistas –, os monetaristas e adeptos do FMI. Essa mesma divisão do trabalho, que obscureceu os anos 50, impediu que a dicotomia real, a divisão real, não essa entre monetaristas e estruturalistas, mas entre capitalismo e socialismo, sequer fosse discutida profundamente no Brasil. Não houve espaço para ela e agora se repete entre estruturalistas e monetaristas – falta de imaginação para ocupar o espaço do discurso e impedir que os problemas reais sejam discutidos neste País.

Isso também ocorreu em outros momentos da nossa História, como, por exemplo, na divisão entre a linha dura e a linha mole no tempo da ditadura, dura e indivisível. Conseguiram fazer essa divisão. Se vocês não consentirem em aprovar essa lei e fazer isso ou aquilo, a linha dura vem aí e então veremos o que é. Essa é a mesma dicotomia que encontramos aqui hoje, a mesma divisão de uma ditadura compartilhada. Sofremos os resultados desse sistema que consideramos democrático (Risos) e sequer enxergamos essa divisão anti-social, desumana, antidemocrática do poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Estevão.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, duas notícias publicadas no último fim de semana nos trazem, pelo menos, o alento de ver que, após inúmeras discussões no Senado e no Congresso Nacional e ponderações de diversos Parlamentares, alguns de partidos que integram a base governista e outros que fazem oposição ao Governo, finalmente, em pelo menos duas áreas, o Governo reconheceu o desacerto com que vinha conduzindo dois temas de profunda impor-

tância para a população brasileira, e parece que resolveu tomar novos rumos.

O primeiro deles é a questão do Crédito Educativo. Vínhamos travando uma batalha pela reativação desse programa, que se tornou mais premente e importante a partir do momento em que, com a mudança das regras de possibilidade de dedução de bolsas de estudo por parte de instituições de ensino que dedicavam parte de suas receitas ao trabalho filantrópico, foram inviabilizadas essas bolsas de estudo, tornando-se, mais do que nunca, obrigatória a retomada do Crédito Educativo em nosso País.

Por isso, saudamos com muita alegria aquele momento em que o Ministro da Educação anunciou a retomada do programa, embora já naquela ocasião fizéssemos algumas restrições à maneira como o Crédito Educativo vinha sendo retomado, ou seja, discordando, principalmente, da taxa de juros, porque entendemos que este programa é um dos menores investimentos que o Governo e a sociedade podem fazer pelo seu amanhã. Portanto, o razoável seria que, num regime de inflação como o atual, inferior a 8% ao ano, não houvesse sequer cobrança de juros, já que o mesmo critério é adotado para o salário dos servidores. Como a inflação é baixa, o Governo não reajusta. Ora, por que, então, cobrar juros dos estudantes que demandam o Crédito Educativo?

A segunda questão que nos chamava a atenção era a forma de pagamento. Em função disso, apresentamos projeto no Senado da República permitindo que os estudantes beneficiados com o Crédito Educativo pudessem pagar o débito ao final de seus cursos, com os depósitos do Fundo de Garantia que passariam a auferir no momento em que estivessem empregados.

Nada mais justo, porque sabemos que é muita pretensão querer-se que um estudante, após conseguir um emprego, subsequente à sua formatura, tenha de pegar parte do que recebe para retribuir o custo de seu aprendizado, quando sabemos que a grande questão é a própria sobrevivência. Geralmente, são estudantes com salários baixos, quando conseguem um emprego, em função das dificuldades do mercado de trabalho. E para o jovem em seus primeiros passos na formação de sua família, pelo pouco que seja o salário, mais do que nunca, se torna indispensável à sua manutenção, ao seu dia-a-dia.

Se fossem utilizados os recursos depositados mensalmente pelo empregador no Fundo de Garantia para amortização do Crédito Educativo, esse dinheiro não estaria saindo mensalmente do seu salário, evi-

tando, assim, a compressão das suas receitas e a inviabilização de compromissos com seus gastos.

Apesar desses pequenos reparos, não deixamos de registrar à época o quanto de positivo havia na retomada do Programa de Crédito Educativo. Para nossa surpresa, há cerca de um mês fomos informados que os critérios adotados pelo Ministério da Educação excluíam do Programa os estudantes pobres, os estudantes de baixa renda. E aí vem a pergunta: Ora, se os estudantes pobres, os estudantes de baixa renda não podem ser beneficiados por um Programa de Crédito Educativo para o ensino universitário, a quem esse Programa pretende beneficiar? Se tivéssemos uma rede pública de ensino universitário em condições de oferecer vagas em número suficiente a todos aqueles que não têm condições de frequentar uma universidade privada ou, além disso, se tivéssemos aqui, por exemplo, já em vigência o projeto do Senador Antero Paes de Barros, que prevê que metade das vagas das universidades públicas sejam destinadas a estudantes egressos da rede pública de ensino, talvez esses estudantes de menor renda não precisassem demandar o Crédito Educativo. Mas aquilo que foi publicado realmente era uma contradição, era uma situação absurda; ou seja, os que mais precisam era justamente aqueles a quem o Crédito Educativo não era oferecido.

Por isso registro, aqui, com alegria, a retomada do Crédito Educativo pelo Ministério da Educação, com abertura de mais 30 mil vagas – número inferior ao necessário, mas ainda assim um passo significativo – voltadas exclusivamente àqueles estudantes que haviam sido alijados de um processo, no primeiro momento, ou seja, voltadas essas vagas justamente para os estudantes de menor renda, a quem, em última instância, deve o Programa se destinar.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Senador Luiz Estevão, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Ouço V. Ex^a, Senador Lauro Campos, com muita atenção.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Senador Luiz Estevão, concordo plenamente com a tentativa de, pelo menos, contemplar alguns poucos estudantes brasileiros com a bolsa-escola livre de taxas de juros exorbitantes que o Governo lançou sobre nós. É muito justo, portanto, que pelo menos alguns poucos pouquíssimos se salvem daquilo que foi lançado perversamente sobre o povo brasileiro: uma taxa de juros de 45% ao ano, quando, no Japão, por exemplo, a taxa de juros é de 0,75%. De modo que, realmente, devemos nos regozijar quando tentarmos colocar um guarda-chuva sobre essa parte da popu-

lação dos estudantes de nível superior. No entanto, lembro que nenhum de nós pode se opor a essas medidas, seja vale-escola, vale-refeição, vale-transporte, vale-ensino, vale tudo. A população foi miserabilizada; então, é natural que os Governos adotem medidas assistencialistas; mas não seria justo apelidá-las de socialismo, de medidas socializantes. Não há nada disso. Quando comecei a estudar essas coisas nos anos 50, escutava muitas vezes os desenvolvimentistas dos governos brasileiros calcularem em que ano a população brasileira atingiria o nível de renda, de bem-estar e de ensino da população, por exemplo, francesa ou japonesa. Agora vejo o seguinte: o valor do salário mínimo e da cesta básica do trabalhador brasileiro estão em torno de R\$100,00. No Japão, o valor da cesta básica de um cachorro japonês é de US\$3,5 mil por ano. Perdemos a corrida para os cachorros japoneses, de acordo com o que está escrito no II tomo do livro *L'histoire du Japon et du Japonais*, página 287. Na cesta básica dos cães japoneses estão incluídos não apenas o ensino, porque cachorro aprende pouco em escolas, mas também as massagens relaxantes e as saunas. Os cachorros japoneses conquistaram isso, e nós estamos aqui tentando conquistar aquilo que, há muito tempo, passou a ser uma conquista vergonhosa. Muito obrigado.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Lauro Campos, que, mais do que nunca, é muito oportuno.

Ao ouvir V. Ex^a mencionar esse dado, que eu desconhecia, lembrei-me de que em 1997 o Brasil tinha um PIB de cerca de US\$804 bilhões, o que dividido pela população brasileira nos dava uma renda **per capita** de cerca de US\$5 mil. Hoje, quando encerrar o ano de 1999, o último do milênio, o PIB brasileiro terá caído para pouco mais de US\$500 bilhões. Se examinarmos o que esse fato significa, veremos que a renda **per capita** do cidadão brasileiro caiu para cerca de US\$3 mil, Senador Lauro Campos.

Portanto, se existe socialismo no Brasil, em vez de socializarmos a riqueza, estamos socializando a pobreza – que é a inversão do processo que V. Ex^a abordou, isto é, a antevisão do país do futuro na década de 50.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – Permitte-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – Senador Luiz Estevão, há pouco, estava pensando: quem nos ouve quando reclamamos e fazemos as nossas

reivindicações? Logo após essa reflexão, V. Ex^a manifestou os agradecimentos por um trabalho que fizemos em plenário. Fiz discursos sobre o assunto, e V. Ex^a fez apelos ao Governo, que o atendeu no que tange a essa questão das bolsas. Nesse momento, parabeno quem levou essa notícia ao Presidente ou mesmo ao Ministro da Educação, que deve ter ouvido nossas reivindicações, o que não tem ocorrido, Senador Luiz Estevão, na área da segurança pública e no Ministério da Justiça. Há pouco tempo, o nobre Parlamentar Ademir Andrade fazia um discurso sobre aquele fato horroroso ocorrido recentemente e que foi tratado pela mídia com todo aquele oba, oba. O Senador Lauro Campos reafirmou que os recursos liberados para a área de segurança, destinados à manutenção dos presídios, chegou a 6% do orçamento. Será que não há autoridade para escutar também essas reivindicações? Somente o Ministério da Educação conseguiu nos ouvir? Oxalá os outros segmentos, os outros ministérios possam nos ouvir e atender os nossos apelos, porque realmente correspondem às reivindicações da sociedade. Eu, como ex-bolsista, sei da necessidade que tem o estudante pobre de adquirir a bolsa. Por isso entendo que o crédito educativo deveria ser restabelecido. O Governo desta vez atuou, atendendo as nossas reivindicações. Por isso, deixo aqui essa observação para que o Governo, como um todo, escute esta Casa e atenda os nossos apelos.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Muito obrigado, Senador Ernandes Amorim. Justamente esse é um dos temas que me faz ocupar a tribuna do Senado nesta tarde do dia 8 de novembro.

Ao mesmo tempo em que libera apenas 6% das verbas destinadas ao reequipamento do sistema penitenciário, como foi muito bem abordado no discurso do Senador Ademir Andrade e no aparte do Senador Lauro Campos, a cerca de 50 dias apenas do final do ano, o Governo é obrigado a gastar verdadeira fortuna para o equacionamento do pagamento da sua dívida interna, que alcança hoje mais de meio trilhão de reais e que superou a marca de 50% do nosso Produto Interno Bruto.

Há algum tempo, há cerca de duas semanas, eu ocupava também a tribuna do Senado para dizer que, na minha opinião, o Governo vinha tomando diversas medidas paliativas no sentido de equacionar a questão das contas públicas, buscando uma economia de R\$500 milhões aqui, R\$1 bilhão ali, números significativos mas insignificantes diante do real problema brasileiro, que é o financiamento da sua dívida interna.

Novamente registro com satisfação a atuação do Presidente do Banco Central e do Ministro da Fazenda, que tomaram vinte e uma medidas na semana passada no sentido de mudar o perfil de financiamento da dívida interna, lembrando que apenas de juros, o Brasil pagará em 1999 R\$100 bilhões de dólares para o financiamento de seus compromissos internos.

Qualquer economia que seja feita nesse campo para baratear o custo ou alongar o perfil da negociação da dívida, significa muito mais do que, por exemplo, corte das verbas para o reequipamento do sistema penitenciário ou a eventual majoração de alíquotas da Previdência, o eventual corte do envio de cestas básicas para populações carentes, uma vez que o verdadeiro problema enfrentado na administração das contas públicas brasileiras está em nossa abominável dívida interna.

Vejo com muita satisfação e registro as medidas tomadas pelo Governo Federal na esperança de que, com elas, o Governo possa, reduzindo o número de dias no ano em que vence a dívida, buscar melhor adequação ao mercado financeiro e assim baratear o custo desse financiamento diminuindo a pressão sobre as taxas de juros.

O que vimos, há pouco tempo, foi o Banco Central tomar uma série de medidas no sentido de baratear o custo do dinheiro nas atividades produtivas, mas elas se tornam inócuas porque no dia seguinte é o próprio Banco Central que pressiona o mercado financeiro e eleva as taxas de juros porque precisa de consideráveis somas de dinheiro para reequacionar, para rolar sua dívida. Ora, todos nós sabemos que o preço de um produto — e o juro nada mais é que um produto — se dá em função da oferta e da demanda. Num país de escassez de capitais como o Brasil, com uma demanda explosiva e enorme, como é a demanda do refinanciamento da dívida interna, é claro que, não obstante qualquer esforço feito para reduzir a taxa de juros, os banqueiros estão sempre numa posição muito confortável, porque têm no Governo um cliente confiável que paga e paga os juros que o mercado impõe.

Portanto, acredito que essas são medidas muito importantes, que propiciarão ao Governo, aí sim, maior disponibilidade para investimento, menor sacrifício da sociedade e, sobretudo, as reais condições para o custo de empréstimo de dinheiro na economia brasileira, de forma que tenhamos o capital financiando o desenvolvimento, e não financiando o subdesenvolvimento, para poder crescer seus ganhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) — Concedo a palavra ao Senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, o que nos traz aqui é justamente protestar contra portarias esdrúxulas que são baixadas por determinados Ministérios. Falo da portaria última do Ministério da Reforma Agrária que vem prejudicar o povo da região amazônica, da região norte.

Tenho aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reclamado da falta de atenção para com a Amazônia, principalmente na área ambiental.

O que temos visto é muita coisa pra inglês ver e pouca ação séria, pouca ação responsável.

O Governo ignora as pessoas que habitam a região; age de maneira superficial, sem conhecer. E, com isso, aumentam os problemas.

Agora mesmo volto de meu Estado — Rondônia — com mais um problema nesse setor.

A Constituição determina à União desapropriar o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social. E a lei, de outro lado, considera inaproveitáveis para essa finalidade as áreas imprestáveis para a exploração agrícola, pecuária, florestal ou extrativo-mineral.

No entanto, além do que determina a lei, o Ministro Extraordinário de Política Fundiária editou portaria que proíbe o assentamento de trabalhadores rurais em áreas que necessitem de corte raso em florestas primárias na Amazônia; proíbe desapropriação ou qualquer forma de obtenção de terras rurais em áreas com cobertura primária na Amazônia; e determina, ainda, que o Programa de Reforma Agrária seja executado apenas em áreas antropizadas, limitando essa idéia às áreas já desmatadas.

A portaria ultrapassa o que determina a Lei da Reforma Agrária e também se confronta com a Medida Provisória que dispõe sobre a proibição do incremento da conversão das áreas florestais em áreas agrícolas.

Relativamente à Amazônia, a Medida Provisória prevê que, nas áreas onde estiver concluído o Zoneamento Ecológico-Econômico, a distribuição da atividade econômica será conforme a indicação do zoneamento, respeitado o limite mínimo de 50% da cobertura arbórea de cada propriedade, a título de reserva legal.

Todavia, a Portaria ultrapassa a Lei da Reforma Agrária e a Medida Provisória da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas, criando uma série de problemas. Na prática, proíbe o Poder Público de or-

denar e organizar a colonização, a ocupação econômica da Amazônia. Sem essa organização, sem esse ordenamento, o que acontece é o aumento da devastação que querem controlar.

É óbvio: se não houver válvula de escape, explodir.

O que fazer com as áreas de ocupação espontânea? Fingir que não existem? Deixar ao Deus dará? Regularizar o assentamento apenas onde a floresta foi derrubada, sem a correspondente reserva florestal? Ignorar que o povo quer terra e invade, ocupa, derruba, ao invés de organizar, ordenar, tapando os olhos?

Qual a finalidade do zoneamento?

Em Rondônia, já foram gastos milhões de reais para a conclusão do Zoneamento Agroecológico e Ambiental do Estado. Então, o Poder Público não vai poder mais conduzir a colonização nas áreas em que o Zoneamento destinar à agricultura?

Na verdade, essa portaria ainda depende de regulamentação, e nossa expectativa é que haja bom senso, e não apenas demagogia.

Que seja respeitado o que diz a Lei da Reforma Agrária e a Lei de conversão das áreas florestais em áreas agrícolas, dispondo que, na destinação de áreas à reforma agrária, seja observado o critério do zoneamento agroecológico, que é um critério técnico, científico, que organiza a atividade do ser humano em harmonia com o meio ambiente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos dias, o Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, que considero um dos mais competentes do Governo Fernando Henrique Cardoso, esteve em Rondônia. E lá S. Ex^a pôde observar a situação do Estado quanto ao desenvolvimento econômico e agrícola, as reservas florestais, a vontade de organizar a reforma agrária, o Incra trabalhando com seriedade. O Ministro, naquele momento, ficou satisfeito em ver a organização no Estado de Rondônia; contudo, agora, S. Ex^a assina uma portaria contra a lei, contra uma medida provisória, proibindo a desapropriação de áreas produtivas no Estado de Rondônia e em toda a Região Norte.

A Portaria determina, ainda, que serão desapropriadas apenas áreas já desmatadas. Assim, as áreas ocupadas de que o Ministro Raul Jungmann tem conhecimento, pois conhece os problemas de Rondônia, ficam à margem da lei. Ou ainda, Sr. Presidente, o Governo Fernando Henrique Cardoso, mediante portaria que contraria uma lei, uma medida provisória, fica isento de gastar alguns reais com a desapropria-

ção de áreas para legalizar principalmente os assentamentos que já estão em andamento.

É desse jeito que o Presidente Fernando Henrique diz que quer fazer a reforma agrária? É desse jeito que o Ministro Raul Jungmann tem dito, em todos os cantos deste País, que a reforma agrária está sendo executada?

Sinceramente, não acredito que essa portaria tenha saído do Ministério da Reforma Agrária, porque o pensamento do Ministro Raul Jungmann não é o pensamento de quem a redigiu.

Assim, Sr. Presidente, como ela está ainda a ser regulamentada, pode ser que o bom senso prevaleça no Ministério da Reforma Agrária, vindo a atender às nossas reivindicações. É por isso que falávamos, há pouco, em aparte ao Senador Luiz Estevão, que as nossas reivindicações neste plenário deveriam ser ouvidas pelo Ministério. Oxalá alguém do Ministério da Reforma Agrária ou o próprio Ministro Jungmann receba cópia desta reivindicação e procure modificar essa portaria esdrúxula, que não tem razão de ser, até porque é uma portaria que vem contrariar uma lei, uma medida provisória, em prejuízo de toda a Região Norte.

Tenho sempre dito desta tribuna que nós, da Região Norte, recebemos apenas esse tipo de presente, essas perseguições, esse jogo, para que a platéia americana e os interesses internacionais aplaudam, inibindo, na verdade, o desenvolvimento da Região Norte e proibindo o trabalhador de desenvolver o seu potencial agrícola. Não é desse jeito que se fará a reforma agrária!

Acredito na seriedade, na honestidade do Ministro Raul Jungmann, que, espero, recorde-se de como foi recebido em Rondônia e daquilo que viu naquele Estado — um Estado realmente rico em potencial agrícola.

Não vamos aceitar, em hipótese alguma, medidas provisórias desta natureza, que inibam nosso desenvolvimento!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ernandes Amorim, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Estevão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Estevão) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sras. e os Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA**- 1 -****À PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 1-A, DE 1995
(SUBSTITUTIVO DA CÂMARA)**

Segundo dia de discussão, em primeiro turno, do Substitutivo da Câmara dos Deputados à Proposta de Emenda à Constituição n. 1, de 1995-A n. 472-B/97, naquela Casa), tendo como primeiro signatário o Senador Esperidião Amin, que altera os arts. 48, 57, 61, 52, 64 e 84 da Constituição Federal, e dá outras providências. (Regulamenta a adoção de Medidas Provisórias), tendo

Parecer sob nº 878, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, como abstenção do Senador Antônio Carlos Valadares.

- 2 -**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 64, DE 1998**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1998 (nº 513/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Osório Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 320, de 1999, da Comissão de Educação, Relatora:

Senadora Emília Fernandes, com abstenção da Senadora Eloísa Helena.

- 3 -**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 81, DE 1998**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 1998 (nº 546/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Pampa Bagé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 648, de 1998, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Joel de Holanda.

- 4 -**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 82, DE 1998**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 1998 (nº 547/97, na Câmara

dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Columbia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Lorena, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 649, de 1998, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Leomar Quintanilha.

- 5 -**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 83, DE 1998**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 1998 (nº 548/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Guararapes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Guararapes, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável sob nº 650, de 1998, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Nabor Júnior.

- 6 -**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 100, DE 1999**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 100, de 1999 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 787, de 1999, Relator *ad hoc*: Senador Jonas Pinheiro), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até quarenta e quatro milhões de dólares norte-americanos, de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

- 7 -**REQUERIMENTO Nº 634, DE 1999**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 634, de 1999, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 511 e 555, de 1999, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Estevão) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h08min.)

(OS 19332/99)

**ATA DA 152ª SESSÃO DELIBERATIVA
ORDINÁRIA REALIZADA
EM 3 DE NOVEMBRO DE 1999**

(Publicada no DSF, de 4 de novembro de 1999)

RETIFICAÇÃO

NO TRECHO DA ATA, NA PÁGINA Nº 29710, 1ª COLUNA, REFERENTE AO PARECER Nº 880, DE 1999, DA COMISSÃO DIRETORA, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO ANTERIOR:

PARECER Nº 880, DE 1999
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 111, de 1999.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 111, de 1999, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$150,000,000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-Bird, para financiamento parcial do Projeto de Descentralização do Sistema de Trens Metropolitanos de Salvador – BA.

Sala de Reuniões da Comissão, 3 de novembro de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Casildo Maldaner** – **Geraldo Melo**.

ANEXO AO PARECER Nº 880, DE 1999

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1999

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial do Projeto de Descentralização do Sistema de Trens Metropolitanos de Salvador – BA.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de

principal junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida neste artigo destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Descentralização do Sistema de Trens Metropolitanos de Salvador-BA, a cargo do Ministério dos Transportes/Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação e crédito são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil/Ministério dos Transportes;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;

III – valor total US\$150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos);

IV – juros: a uma taxa anual igual à Libor – seis meses, acrescidas do Libor Total **Spread** que corresponde a 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) mais (ou menos) a margem média ponderada dos empréstimos do Bird, abaixo (ou cima) da Libor – seis meses para cada período de juros, a partir da data de cada desembolso;

V – comissão de compromisso: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o montante não desembolsado, contada da data de assinatura do contrato, pagáveis em 15 de abril e 15 de outubro de cada ano;

VI – comissão Flat: até US\$1,500,000.00 (um milhão e quinhentos mil dólares norte-americanos), correspondente a 1% (um por cento) do valor da operação, sacado da conta do empréstimo após a assinatura do contrato;

VII – data de fechamento: 31 de dezembro de 2003;

VIII – condições de pagamento:

a) *do principal*: em vinte prestações semestrais e consecutivas, de US\$7.500,000.00 (sete milhões e quinhentos mil dólares-americanos), vencíveis em 15 de março e 15 de setembro de cada ano, vencendo-se a primeira parcela em 15 de março de 2005 e a última em 15 de setembro de 2014;

b) *dos juros*: semestralmente vencidos, em 15 de março e 15 de setembro de cada ano;

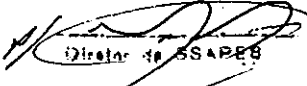
c) *da confissão de compromisso*: semestralmente vencida, em 15 de março e 15 de setembro de cada ano.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida num prazo de quinhentos e quarenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PÚBLICA

Em 08/11/99


Diretor de SSAPES

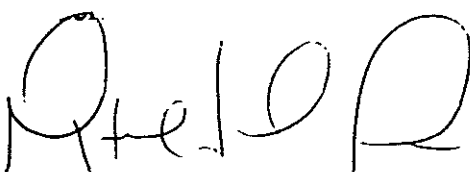
ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.277, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 16979/99-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **ODALES SOUZA DE OLIVEIRA FILHO**, matrícula nº 31280, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros.

Senado Federal, 8 de novembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


REPUBLICA
 Em 28/11/99
 Diretor do Senado

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.278, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016597/99-0,

RESOLVE dispensar o servidor MARDEN NASCIMENTO COSTA, matrícula 3415, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Senadora Maria do Carmo Alves, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 25 de outubro de 1999.

Senado Federal, 8 de novembro de 1999.


 AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

PROB. QUE. S.S.
Em 08/11/99
[Assinatura]
SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.279, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016749/99-5,

RESOLVE dispensar o servidor PAULO ROBERTO F. DE CARVALHO, matrícula 2016, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Informações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 28 de outubro de 1999.

Senado Federal, 8 de novembro de 1999.

[Assinatura]
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE

EM 08/11/99

[Assinatura]
Diretor da SGA/RS

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2.280, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016715/99-3,

RESOLVE dispensar o servidor SANDRO MASANORI TUTIDA, matrícula 4721, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria Sistema Integrado de Saúde, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Secretaria Administrativa, com efeitos financeiros a partir de 27 de outubro de 1999.

Senado Federal, 8 de novembro de 1999.

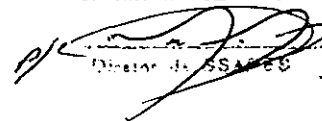
[Assinatura]

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE

Em 08/11/99


Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.281, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016658/99-0,

RESOLVE dispensar o servidor ROBERTO GONZAGA SILVA, matrícula 4146, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Comissão, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Comissões, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria Sistema Integrado de Saúde, com efeitos financeiros a partir de 26 de outubro de 1999.

Senado Federal, 8 de novembro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLICAÇÃO

Em 08/11/99

[Assinatura]
Diretor do SCSPEB

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.282, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo-nº 015398/99-4.

RESOLVE designar o servidor JOSÉ ALFREDO LIRA DA SILVA, matrícula 2391, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Romero Jucá, com efeitos financeiros a partir de 01 de outubro de 1999.

Senado Federal, 8 de novembro de 1999.

[Assinatura]
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PÚBLICA FEDERAL

Em 28.11.99

11
Diretor de SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.283, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016816/99-4,

RESOLVE dispensar o servidor MARCUS VINICIUS PESSANHA GONÇALVES, matrícula 5280, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Ademir Andrade, com efeitos financeiros a partir de 28 de outubro de 1999, e lotá-lo no Serviço de Transporte a partir da mesma data.

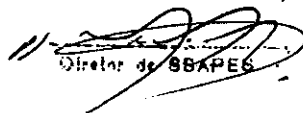
Senado Federal, 8 de novembro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

REPÚBLICA

EM 08/11/99



Diretor de BBAPE

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.193, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso, da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante nos Processo nºs 015067/99-8 e 016222/99-7,

RESOLVE dispensar o servidor LUIZ CARLOS BARROSO COUTO, matrícula 3448, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Taquigrafia, com efeitos financeiros a partir de 01 de julho de 1999.

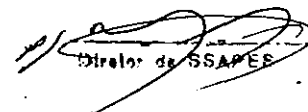
Senado Federal, 8 de outubro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DSF de 9-10-99.

REPUBLICADO

Em 08/11/99

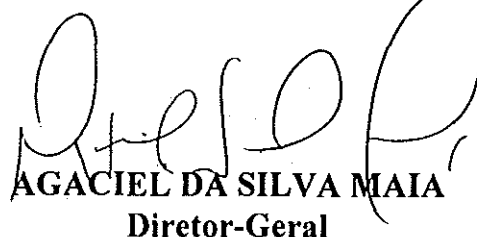

Diretor de SSAPES

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.234, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016269/99-3,

RESOLVE designar a servidora LIEGE LEMOS DE SOUSA, matrícula 2929, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 14 de outubro de 1999.

Senado Federal, 19 de outubro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DSF de 21-10-99.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente : (Vago)
Vice-Presidente: (Vago)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoffl.
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

- 1 José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloísa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

Revisado em 30/6/99



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
	- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
	- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
	- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
	- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
	- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA
Vice-Presidente: BELLO PARGA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ROMERO JUCA	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCA	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLEY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS (*)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizada em 20/10/1999

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPIANO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (*)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNADES AMORIM	RO	2251/2257

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares

Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracs@senado.gov.br

Atualizada em: 20/10/1999

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

	PMDB	
MARLUCE PINTO		RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO		DF-4064/65
	PFL	
GERALDO ALTHOFF		SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES		SE-4055/57
	PSDB	
OSMAR DIAS		PR-2121/25
(*) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)		
HELOÍSA HELENA (PT)		AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)		AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)		RS-2331/37

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
VICE-PRESIDENTE:**

	PMDB	
LUIZ ESTEVÃO		DF-4064/65
MARLUCE PINTO		RR-1301/4062
	PFL	
JUVÊNCIO DA FONSECA		MS-1128/1228
DJALMA BESSA		BA-2211/17
	PSDB	
ANTERO PAES DE BARROS		MT-1248/1348
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
SEBASTIÃO ROCHA		AP-2241/47
	PPB	
LEOMAR QUINTANILHA		TO-2071/77

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS (*)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612.

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10.00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Atualizada em 05/10/1999

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Paritários

Horário regimental: Quintas-feiras às 14.00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em :20.10.1999

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

PMDB	
AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
PFL	
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
PSDB	
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ-2431/37
(*) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)	
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julloric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 17/8/1999

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES)

TITULARES

		PMDB
JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	
		PPB
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	
		PSDB
TEOTÔNIO VILELA	AL- 4093/95	
		(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ- 4229/30	
		PPB
LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393	

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RIÇARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
E-MAIL: julloric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 29/06/99

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA (1)	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em: 05/10/1999

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. VAGO		

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (*)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Paritários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em :20/10/1999

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEAO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (1)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(*) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(*) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(1) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em 05/10/1999

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51ª LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3420
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	**08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARQUEZAM	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	NARCIO RODRIGUES	MG	431	318 5431	318 2431
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5821	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e_mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



O Livro da Profecia – Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00

De Profecia e Inquisição – Coleção Brasil 500 Anos – Coletânea de textos da autoria do padre Antônio Vieira, referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o grande missionário e pregador. Edição alusiva ao terceiro centenário da morte do autor, com 278 páginas.



Preço por exemplar: R\$ 20,00



Da Propaganda à Presidência – Coleção Memória Brasileira – Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:				
Endereço:				
Cidade:		CEP:		UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)	



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

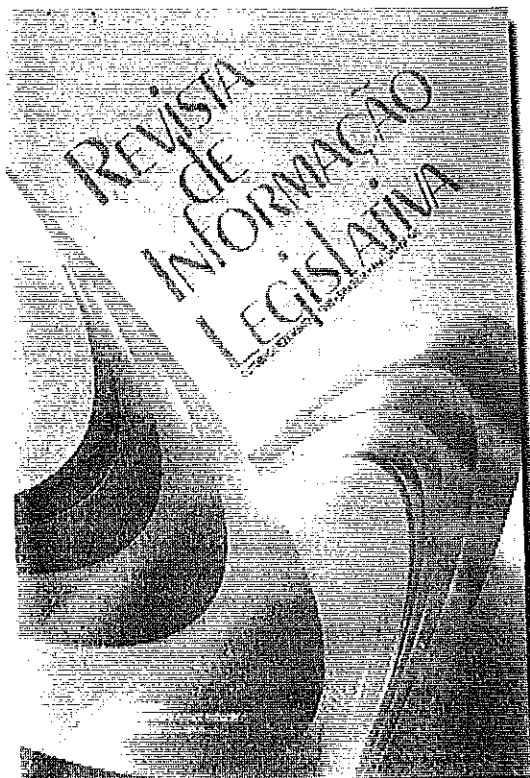
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



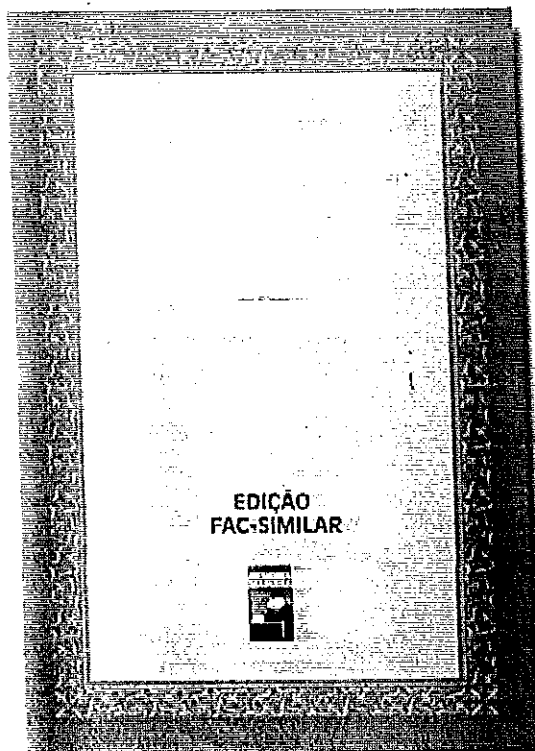
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Da Propaganda à Presidência

Coleção Memória Brasileira

Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Livro da Profecia

Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência 3602-1, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



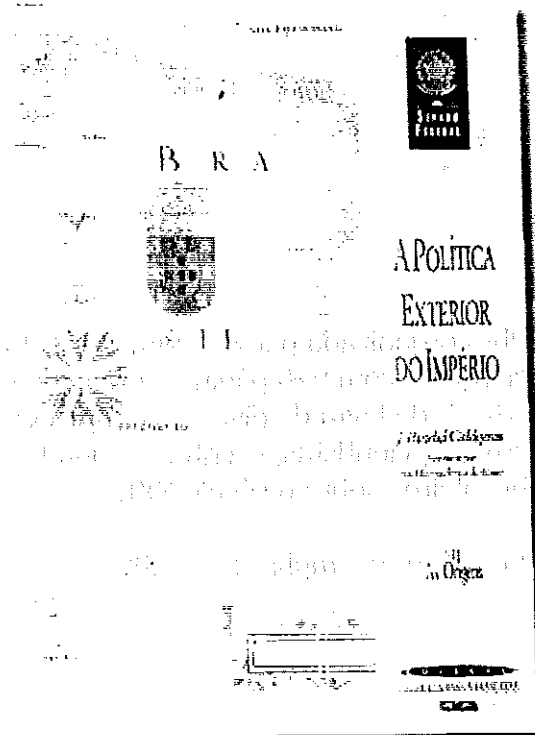
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

A Política Exterior do Império

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Edição fac-similar, em três volumes. Obra clássica da história diplomática brasileira que apresenta um panorama e uma análise das relações internacionais do país no século XIX. De autoria de J. Pandiá Calógeras.

Preço (três volumes): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



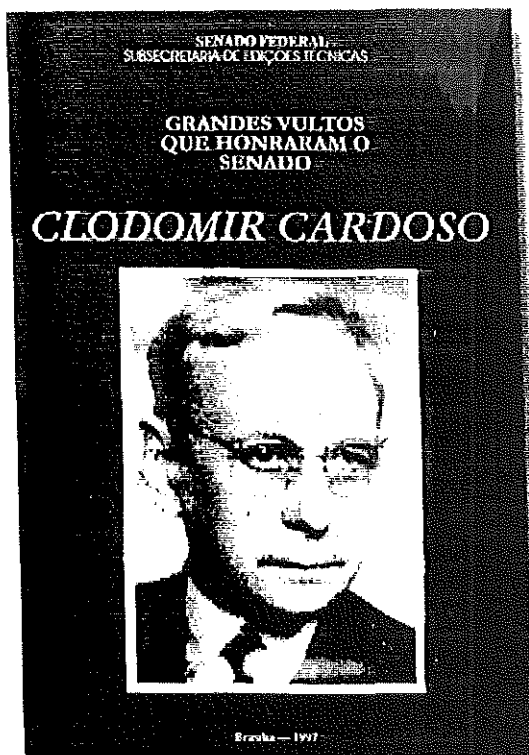
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias,
com 580 páginas. Traz a biografia do Senador
da República Clodomir Cardoso, seu perfil
parlamentar, resumo de suas atividades
públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito (identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

SENADO
FEDERAL



SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES

EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS